

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

PAOLA CRISTINA MACARINI

**OS RECURSOS HÍDRICOS NO CONTINENTE AFRICANO:
A ATUAÇÃO DO AFRICAN MINISTERS' COUNCIL ON WATER**

FLORIANÓPOLIS

2016

PAOLA CRISTINA MACARINI

**OS RECURSOS HÍDRICOS NO CONTINENTE AFRICANO:
A ATUAÇÃO DO AFRICAN MINISTERS' COUNCIL ON WATER**

Monografia submetida no semestre 2016.1
ao Curso de Relações Internacionais,
como exigência obrigatória para a
obtenção do grau de Bacharelado em
Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Hoyêdo Nunes Lins

FLORIANÓPOLIS

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 10,0 à acadêmica Paola Cristina Macarini na disciplina CNM 7280 – Monografia, pela apresentação do trabalho intitulado: Os Recursos Hídricos no Continente Africano: A Atuação Do African Ministers' Council On Water

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Hoyêdo Nunes Lins

Profa. Dra. Iara Costa Leite

Prof. Dr. Helton Ricardo Ouriques

FLORIANÓPOLIS

2016

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, quero agradecer a Deus, pela vida e pelas pessoas que Ele colocou ao meu redor. À minha mãe, pelo amor e coragem de enfrentar a mudança de cidade, a novidade chamada 'Universidade', e as dificuldades e felicidades que acompanharam esse processo. Eu simplesmente não teria conseguido sem você! Quero agradecer também meu pai e minha família pelo apoio incondicional, sempre.

Agradeço meu orientador, Prof. Hoyêdo Nunes Lins, pelo direcionamento, orientação e paciência. Ao corpo docente do Departamento de Economia e Relações Internacionais, sempre empenhados na melhoria do ensino. Com carinho especial aos professores Patricia Fonseca Ferreira Arienti e Daniel Ricardo Castelan, muito obrigada pelo conhecimento transmitido e pela dedicação para com seus alunos. Agradeço também a Prof. Elisete Dahmer Pfitscher, que mesmo sem ter tido o prazer de ser sua aluna, acolheu-me e me apoiou ao longo de toda a graduação.

Não há palavras suficientes para agradecer a cada um de vocês, que contribuíram imensamente a essa jornada. Só posso reiterar meu agradecimento e pedir a Deus que os abençoe abundantemente.

“We never know the worth of water till the well is dry.”
Thomas Fuller, *Gnomologia*, 1732

“Among the many things I learnt as a president, was the centrality of water in social, political
and economic affairs of the country, the continent and the world.”

Nelson Mandela

RESUMO

A água é um recurso natural renovável e insubstituível. Caracterizada por uma oferta constante e uma demanda crescente, em ritmo cada vez mais acelerado, esse recurso tornou-se escasso em várias partes do globo. Essa escassez assume duas naturezas distintas, a física e a econômica. E se tem no continente africano o maior afligido por essas duas modalidades. A partir da lógica de que recursos escassos podem ser tidos como elementos de poder e disputa, indaga-se a possibilidade da escassez de água motivar a ocorrência de conflitos internacionais. Segundo a literatura, a cooperação predomina sobre o conflito, nunca tendo existido uma guerra fruto dos recursos hídricos no passado. Entretanto duas linhas de pensamento emergem, dividindo o cenário acadêmico entre autores que defendem a possibilidade de conflitos futuros envolvendo a água, sendo as soluções cooperativas um meio ideal de solucionar o problema e autores que enfatizam a improbabilidade de conflitos frente à cooperação. Partindo-se do consenso da cooperação como solução ideal, capaz de evitar e/ou atenuar possíveis atritos, direciona-se o olhar para o continente africano e para o African Ministers' Council on Water (AMCOW) como uma organização internacional de escopo temático e provedora de soluções cooperativas em meio a um cenário de escassez. Estuda-se então o papel do AMCOW, a partir de seus objetivos, estrutura e parcerias, com ênfase nas iniciativas endossadas.

Palavras-chave: Recursos hídricos, African Ministers' Council on Water, AMCOW, escassez

ABSTRACT

Water is a renewable and irreplaceable natural resource. Characterized by a constant offer and a rising demand, the latter at increasingly faster levels, this resource has become scarce in many parts of the globe. Such scarcity takes on two different natures, physical and economic. And the African continent is the main region/location afflicted by these two different types of scarcity. From the logic that scarce resources can become elements of power and dispute, the possibility of water scarcity motivating the occurrence of international conflicts is considered questioned. According to the existing literature, cooperation prevails over conflict, never having occurred a war over water resources in the past. However, two distinct lines of thought emerge, dividing the academic scenery between authors that argue in favor of future conflicts happening because of water, with cooperative means being the ideal solution to this problem and authors that emphasize the unlikely occurrence of war while existing cooperative options. Assuming the general agreement of cooperation as the ideal remedy, capable of avoiding or lessening possible frictions, the analysis is directed to the African Continent and the African Ministers' Council on Water (AMCOW) as an international organization of thematic scope of action and provider of cooperative solutions within a scenery marked by scarcity. The role of AMCOW is studied through its objectives, structure, and partnerships, with emphasis on its supported initiatives.

Key-words: Water Resources, African Ministers' Council on Water, AMCOW, scarcity

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Incidência de escassez hídrica no mundo	11
Figura 2 – Bacias Hidrográficas Transfronteiriças na África	30
Figura 3 – Incidência de aridez no continente africano	32
Figura 4 – Zonas Climáticas no continente africano	33
Figura 5 – Projetos amparados pelo African Water Facility	56
Figura 6 - Estágio do progresso alcançado na perseguição dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio sobre Acesso a Água Potável	66
Figura 7 – Estágio do progresso alcançado na perseguição dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio sobre Saneamento	67
Figura 8 – Divisão Sub-regional do continente africano	83

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Diferentes posições sobre a existência de nexos entre escassez hídrica e conflito armado internacional	21
Quadro 2 – Compilado das iniciativas endossadas pelo AMCOW	64

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

AfDB – African Development Bank
AMCOW – African Ministers’ Council on Water
AWF – African Water Facility
AWJ – African Water Journal
AWW – Africa Water Week
CAWMA - Comprehensive Assessment of Water Management in Agriculture
GWP – Global Water Partnership
IISD – International Institute for Sustainable Development
IWRM – Integrated Water Resources Management
IWMI – International Water Management Institute
NEPAD – New Partnership for Africa’s Development
OCDE- Organização para a Cooperação de Desenvolvimento Econômico
ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
OMS/WHO – Organização Mundial da Saúde
ONU – Organização das Nações Unidas
PANAFCON – Pan-African Implementation and Partnership Conference on Water
PNUMA/UNEP – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
UA/AU – União Africana
UE – União Europeia
UNECA – United Nations Economic Commission for Africa
UNSIA – United Nations System-wide Initiative for Africa
USAID – United States Agency for International Development
USGS – United States Geological Survey
WASH – Water, Sanitation and Hygiene
WRI – World Resources Institute
WSSCC – Water Supply and Sanitation Collaborative Council
WSSD – World Summit for Sustainable Development

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	7
1.1	TEMA E PROBLEMA.....	7
1.2	OBJETIVOS.....	13
1.2.1	Objetivo Geral.....	13
1.2.2	Objetivos Específicos.....	13
1.2.3	Justificativa.....	13
1.3	METODOLOGIA.....	14
1.4	ESTRUTURA DO TRABALHO.....	15
2.	RECURSOS NATURAIS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS: A QUESTÃO HÍDRICA EM DESTAQUE.....	17
2.1	RECURSOS HÍDRICOS.....	17
2.2	O PROBLEMA DA ESCASSEZ.....	19
2.3	TERMOS DO DEBATE SOBRE A PRESENÇA DE CONFLITOS E A IMPORTÂNCIA DA COOPERAÇÃO.....	20
2.4	CARACTERIZAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES COMO O AMCOW NA PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	25
3.	A QUESTÃO HÍDRICA NA ÁFRICA.....	29
3.1.	MULTIPLICIDADE DE BACIAS HIDROGRÁFICAS.....	30
3.2	VARIABILIDADES E MUDANÇAS CLIMÁTICAS.....	32
3.3	ESCASSEZ DE ÁGUA.....	35
3.4	DEGRADAÇÃO AMBIENTAL.....	37
4.	O AFRICAN MINISTERS' COUNCIL ON WATER (AMCOW): ANTECEDENTES, ESTRUTURA E OBJETIVOS.....	39
4.1	ANTECEDENTES.....	39
4.1.1	United Nations System-wide Initiative on Africa (UNSI).....	39
4.1.2	Africa Water Vision For 2025.....	42
4.1.3	New Partnership for African Development (NEPAD).....	43
4.2	REUNIÃO MINISTERIAL DE ABUJA.....	44
4.3	ESTRUTURA INSTITUCIONAL.....	45
4.4	OBJETIVOS.....	46
5.	O AFRICAN MINISTERS' COUNCIL ON WATER (AMCOW) EM AÇÃO: INICIATIVAS E PARCERIAS.....	48
5.1	AFRICASAN.....	48

5.2 AMIWASH.....	50
5.3 AFRICAN WATER JOURNAL	52
5.4 AFRICAN WATER FACILITY	53
5.5 AFRICA WATER WEEK.....	57
5.6 AFRICA GROUNDWATER COMISSION	60
5.7 WATER, CLIMATE AND DEVELOPMENT PROGRAMME	61
5.8 VISÃO DE CONJUNTO: TANGENCIANDO UMA APRECIACÃO	63
CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
REFERÊNCIAS	72
APÊNDICE - A	81
APÊNDICE – B.....	83

1. INTRODUÇÃO

1.1 TEMA E PROBLEMA

O acesso a recursos naturais foi, ao longo de toda a história da humanidade, e continua a ser um elemento capaz de gerar conflitos e tensões. Esses recursos têm como características principais serem finitos, em sua maioria não renováveis e, ainda, estarem distribuídos de maneira geograficamente desigual, não estando limitados às fronteiras políticas criadas pelo homem (UN-WATER, 2013a)¹. Devido a disponibilidade limitada, e em muitos casos já escassa, a posse dos mesmos muitas vezes é interpretada como recursos de poder e traz consigo inúmeras vantagens e possibilidades para quem os controla. Dentre os recursos naturais mais significativos estão o carvão, o petróleo, os minerais estratégicos e, também, e não menos importante, a água.

Em um primeiro momento, parece ser contraditório que o nosso planeta seja escasso em recursos hídricos. Porém, mesmo ocupando 71% da superfície terrestre, 97,5% desse total corresponde a água salgada e apenas 2,5% de água doce, ou *freshwater* (GLOBAL CHANGE, 2006). De toda a água doce, apenas 0,3% é livremente acessível e apropriável pelos homens, encontrando-se na forma com a qual se tem mais familiaridade e nas fontes das quais ela é mais retirada, isto é, em rios e lagos e a qual é renovada sustentavelmente por fluxos pluviais² (GWP, 2016g).

Apesar da relativamente pouca quantidade de água disponível para o consumo humano, ela é um elemento essencial, não apenas vital para a própria sobrevivência humana, mas necessária também para as atividades econômicas, as quais constituem uma das bases da organização social humana. Segundo o World Resources Institute (2015, tradução nossa) “o abastecimento confiável de água limpa é essencial para a indústria, agricultura e produção de energia”, onde “toda comunidade e ecossistema na terra dependem de água para saneamento, higiene e sobrevivência diária”³.

Portanto, o cenário atual se caracteriza pela contradição entre uma oferta limitada de recursos hídricos e o aumento constante da retirada e consumo do mesmo. Assim, ao mesmo tempo em que muitos locais de escassez são seriamente afetados por mudanças climáticas e

¹ “Water is not confined to political borders. An estimated 148 states have international basins within their territory (OSU, n.d., 2008 data), and 21 countries lie entirely within them (OSU, n.d, 2002 data).”

² O restante da água doce está contido em geleiras e no topo de montanhas (70%), e no solo (*groundwater* - 30%). Apenas menos de 1% encontra-se acessível para uso humano direto. Essa é a água encontrada em lagos, rios, reservatórios e fontes superficiais o suficiente para serem acessadas a um custo acessível.

³ No original: “The world runs on water. Clean, reliable water supplies are vital for industry, agriculture and energy production. Every community and ecosystem on Earth depends on water for sanitation, hygiene, and daily survival.”

eventos sazonais, soma-se também um crescente consumo desse recurso para uso humano. De acordo com o documento *Resource Futures - A Chatham House Report*, elaborado pelo *think tank* inglês Chatham House (LEE, B. et al, 2012) a temática hídrica se impõe como assunto de grande urgência, uma vez que “enquanto as retiradas globais de água triplicaram nos últimos 50 anos, a oferta confiável de água permaneceu relativamente constante durante o mesmo período” (p.67, tradução nossa)⁴.

É preciso, porém, distinguir entre os dois diferentes tipos de escassez hídrica existentes: a escassez física e a econômica. De acordo com o documento do órgão *Comprehensive Assessment of Water Management in Agriculture (CAWMA)*, de 2007, *Water for Food, Water for Life*, a escassez física, como a própria nomenclatura aponta, é a falta física do recurso em quantidade suficiente para atender a demanda; em contrapartida, a escassez econômica, a qual afeta gravemente a porção subsaariana do continente africano, ocorre quando o recurso hídrico necessário está disponível na natureza em quantidade suficiente, porém os capitais humano, institucional e financeiro limitam o acesso ao mesmo (CAWMA, 2007).

Essa situação de oferta limitada, relativamente constante e distribuída desigualmente pelo globo, aliada a uma demanda crescente, resultante principalmente do crescimento populacional e do desenvolvimento econômico, dá origem a um instigante debate centrado na pergunta: a água, como um recurso natural essencial, com o potencial para se tornar um elemento crescentemente escasso, por diversos fatores como aumento de consumo, poluição e mudanças climáticas, dentre outros, será uma fonte de conflitos no futuro?

A partir dessa questão, emergem duas linhas de pensamentos divergentes, as quais partem de pressupostos opostos: a ideia de que a esse cenário e o seu agravamento propiciará e fomentará a ocorrência crescente de uma “correnteza de inquietação, rebeliões, competição e conflito”⁵ (KLARE, 2013, tradução nossa). Em contrapartida, o raciocínio antagonista defende que as dificuldades que originar-se-ão da temática da escassez de recursos hídricos serão solucionadas pela atividade comercial e pela realização de acordos internacionais, sendo a cooperação o modo predominante assumido pelas interações internacionais (BARNABY, 2009).

⁴ No original: “Freshwater scarcity stands out as one of the most pressing cross-cutting challenges. While global water withdrawals have tripled in the last 50 years, the reliable supply of water has stayed relatively constant during the same period.”

⁵ No original: “[...] a tidal wave of unrest, rebellion, competition and conflict. a tidal wave of unrest, rebellion, competition and conflict.”

Extraí-se do debate exposto acima e principalmente do argumento de Michael Klare, contido no livro *Resource Wars*, a plausível possibilidade da emergência de tensões e até mesmo conflitos armados entre Estados, se não houver iniciativas para instaurar a cooperação entre os mesmos na problemática dos recursos naturais. A fim de reduzir a possibilidade de conflito nas interações internacionais, especialmente em tempos e locais de “intensa escassez”, não apenas a cooperação deve existir, mas ela torna-se mais efetiva se consolidada institucionalmente, através da existência de Organizações Internacionais que versem com eficácia e engajamento sobre as temáticas propostas (KLARE, 2002). Segundo Klare (2002, p. 225, tradução nossa)

À medida que avançamos mais a fundo no século XXI, a comunidade humana global enfrenta uma escolha importante: nós podemos ou prosseguir pelo caminho de intensificada competição por recursos, o que levará a recorrentes surtos de conflito em todo o mundo, ou nós podemos optar por gerenciar os estoques de recursos globais de uma forma cooperativa.⁶

A opção por soluções cooperativas, como forma de amenizar tensões e, prevenir a incidência de conflitos mais sérios entre Estados, é uma saída viável, porém extremamente dependente da vontade política dos líderes mundiais e das suas respectivas percepções de quão crucial é o tema dos recursos hídricos. Para Michael Klare (2002), na conclusão de seu argumento, a forma pela qual a estratégia de cooperação seria mais efetiva se daria pelo estabelecimento de instituições internacionais robustas. Para tanto, o autor afirma que “nós inegavelmente temos a engenhosidade e capacidade para desenvolver tais instituições” (KLARE, 2002, p. 224, tradução nossa). Para o autor, “à medida que o mundo se torna mais complexo e interdependente, há todas as razões para acreditar que as novas agências de recursos poderiam fazer uma contribuição substancial para a redução da probabilidade de um conflito armado”⁷(KLARE, 2002, p. 224, tradução nossa).

Essas ‘agências de recursos’, responsáveis por tratar de temáticas específicas, deveriam contar com certo “grau de controle sobre a alocação de materiais valiosos em tempos de escassez”⁸ (KLARE, 2002, p. 224, tradução nossa). Michael Klare (2002) vai além da conjectura de uma instituição genérica e se esforça em delinear uma especificamente para a água, ao afirmar que

⁶ No original: “As we move deeper into the twenty-first century, the global human community faces a momentous choice: we can either proceed down to the path of intensified resource competition, which will lead to the recurring outbreaks of conflict throughout the world, or we can choose to manage global resource stockpiles in a cooperative fashion.”

⁷ No original: “As the world becomes more complex and interdependent, there is every reason to believe that new resource agencies could make a substantial contribution to reducing the likelihood of armed conflict.”

⁸ No original: “[...] degree of control over the allocation of valuable materials in times of scarcity”

Um órgão similar é necessário para proteger os recursos hídricos mundiais [...] é possível imaginar uma autoridade hídrica global que pudesse assistir os países que estejam enfrentando intensa escassez. Essa autoridade poderia também ajudar a providenciar uma distribuição equitativa de água entre Estados dependentes de um sistema fluvial ou aquífero compartilhado e poderia liderar a busca por meios mais econômicos de converter água salgada em água doce, ou meios de irrigar plantações com menos desperdício de água (KLARE, 2002, p. 224, tradução nossa)⁹.

Conclui-se, então, que para Klare (2002) as soluções cooperativas para os problemas envolvendo os recursos naturais são essenciais e mostram-se mais vantajosas que o uso da força.

Neste contexto de soluções cooperativas, as quais abrangem os recursos hídricos e que parecem corresponder ao que Michael Klare propugna, existe no continente africano uma Organização Internacional, dedicada exclusivamente a essa temática setorial. Trata-se do African Ministers' Council on Water (AMCOW), ou em português o Conselho de Ministros Africanos sobre Água. Segundo Newton (2016, tradução nossa), essa organização seria única, pois, no tocante a entidades de abrangência continental voltadas especificamente aos recursos hídricos, em que “os mais importantes tomadores de decisão sobre água em nível nacional de quase todos os países africanos se encontram regularmente para conversar sobre água em nível regional (e sub-regional)”¹⁰. De acordo com a sua experiência profissional e acadêmica, Newton (2016, tradução nossa) afirma que “em nenhum outro continente isto acontece”, uma vez que ao se referir à uma Organização Internacional direcionada exclusivamente a temática hídrica, afirma que “A América Latina não [a] possui. Nem a Ásia. A Europa na União Europeia não possui isto”¹¹.

Tendo em vista a importância dos recursos hídricos, esse caráter de aparente exclusividade que envolve o African Ministers' Council on Water torna o funcionamento dessa instituição especialmente atraente como objeto de pesquisa. Daí o desenho do presente estudo, no âmbito do qual se espera analisar a atuação do African Ministers' Council on Water – organização intergovernamental de escopo temático específico e de atuação regional – sob alguns dos princípios que norteiam a perspectiva das agências de recursos imaginadas por Klare. Dentre esses princípios, abstraídos a partir da leitura da obra *Resource Wars* estão:

a) existência de uma organização que trate especificamente de um recurso natural, isto é, uma

⁹ No original: “A similar body is needed to protect the world’s water resources. [...] it is possible to imagine a global water authority that could assist countries facing acute shortages. This authority could also help arrange for the equitable distribution of water among states dependent on a shared river or aquifer system and could lead the search for more economical methods of converting salt water into fresh water, or for irrigating crops with less water wastage.”

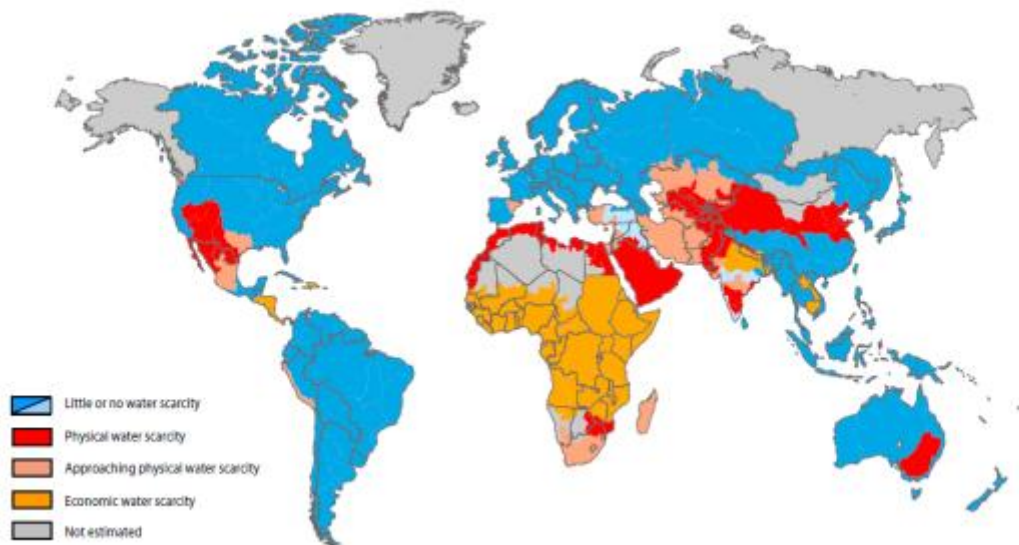
¹⁰ No original “ [...] highest decision-makers for water at the national level for most all African countries meet regularly to talk about water at the regional (and sub-regional level).”

¹¹ No original: “On no other continent does this happen.” “Latin America does not have this. Nor does Asia. Europe in the EU does not have this.”

organização internacional de escopo temático específico; b) com capacidade de produzir e fomentar soluções cooperativas.

A escolha da organização acima mencionada e, conseqüentemente, do continente africano como delimitador geográfico deste trabalho deve-se, além do que já se assinalou a respeito do caráter aparentemente exclusivo das atividades dessa instituição, ao fato da África ser uma região geográfica vastamente afetada pelo fenômeno da escassez, a qual atinge a maioria do território continental, em ambas as tipologias analíticas existentes, isto é, a escassez física e a econômica. A situação descrita acima encontra-se ilustrada no mapa contido na Figura 1.

Figura 1 – Incidência de escassez hídrica no mundo



Fonte: Comprehensive Assessment of Water Management in Agriculture (2007, p. 8)

Segundo o mapa, a área delimitada pela cor laranja indica os locais em que incide a escassez econômica de água, a qual abrange extensas porções da África Oriental, Ocidental e Central. Em contrapartida, a escassez física do recurso encontra-se já consolidada na costa norte do continente e em uma pequena porção da região sul, sinalizadas pela cor vermelha. Como também aponta o mapa, uma parte considerável da porção sul do continente africano e a ilha de Madagascar estão em vias de atingir a escassez física de água, localidades representadas no mapa pela cor rosa. Destaca-se que as áreas marcadas pela cor cinza, regiões em que não foi estimada a incidência de escassez, são desérticas estando ao norte o Deserto do Saara e ao sul, o Deserto da Namíbia, também conhecido como Kalahari. Logo, conclui-se que o continente escolhido é composto por um arranjo singular referente à disposição

geográfica do fenômeno da escassez, sobressaindo-se visualmente no mapa diante das outras regiões do globo. Assinala-se que essa singularidade certamente subjaz, como fator central, à iniciativa que resultou na criação do African Ministers' Council on Water, uma instituição que, como ressaltado anteriormente, não existe, do mesmo modo e com feições parecidas, em nenhum outro continente.

Dito isso, faz-se essencial ressaltar que a África é um continente de contrastes. Por sua vasta riqueza e diversidade econômica, social, ambiental, geográfica, cultural e étnica, muitos estudiosos falam da existência de diversas Áfricas. Ao mesmo tempo em que se trata de um continente abundante em território e recursos naturais, dentre eles os recursos hídricos, cerca de 70% do continente encontra-se sob clima árido e semiárido (AU/DREA, 2014). As estimativas apontam que aproximadamente 200 milhões de pessoas sofram com o que a linguagem especializada denomina de *water stress* (estresse hídrico) – fenômeno que, segundo o glossário da Agência Europeia do Ambiente (EEA, 2015), ocorre quando a demanda por água excede a quantidade disponível durante certo período de tempo, ou quando a qualidade precária restringe o seu uso – o qual castiga principalmente as populações do Sahel e do Chifre da África, causando prolongados e recorrentes períodos de seca e fome (AU/DREA, 2014).

Somado aos fenômenos da escassez e do clima predominantemente semiárido, o continente africano conta com um grande número de recursos hídricos compartilhados, na forma de bacias hidrográficas transfronteiriças. É o segundo continente com a maior quantidade de rios compartilhados, contando com 64 bacias hidrográficas internacionais, atrás apenas da Europa, a qual possui 68 (UN-WATER, 2013b).

Esse desafiador contexto é um exemplo do cenário nos quais estão inseridas e devem atuar as organizações internacionais referentes a recursos naturais imaginadas por Michael Klare (2002).

A partir dos relatos acima e da escolha do AMCOW como objeto de estudo, deriva-se a pergunta de pesquisa deste trabalho:

Qual tem sido a atuação do African Ministers' Council on Water como órgão de promoção de cooperação e de desenvolvimento, especialmente na temática de gerenciamento dos recursos hídricos compartilhados no continente africano?

Destaca-se o termo recursos hídricos *compartilhados*, tendo em mente o argumento de Klare (2002) de que eles são um fator agravante na equação dos recursos globais. Esse fato ocorre uma vez que o compartilhamento de recursos, muitas vezes, entra em confronto com os conceitos de soberania, interesse, segurança e sobrevivência nacional, assim como as

percepções distintas dos países sobre o significado de cada um deles. Como argumentado por Klare (2002, p. 141, tradução nossa, grifo nosso)

Geralmente, em regiões onde a água é escassa, estados veem o combate sobre fontes vitais de abastecimento como uma função legítima da *segurança nacional*. Como sugerido anteriormente, governos normalmente se abstêm do uso da força na resolução de disputas internacionais a menos que eles acreditem que interesses securitários críticos estão em risco. [...] Em áreas onde a água é raramente suficiente, entretanto, a sua disponibilidade é considerada uma questão de *sobrevivência nacional*.¹²

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar criticamente o papel que o African Ministers' Council on Water, uma organização de abrangência continental, exerce na área temática da água, em um cenário de crescente escassez de água potável e de agravamento de estresse hídrico.

1.2.2 Objetivos Específicos

1) Sistematizar as diferentes posições no debate sobre os recursos hídricos, sublinhando as especificidades do mesmo, em que se destaca a controvérsia entre a associação ou não da água com a ocorrência de conflitos.

2) Descrever e caracterizar o cenário de escassez dos recursos hídricos no continente africano, juntamente com os fenômenos concomitantes à escassez e que contribuem com o agravamento desse cenário.

3) Descrever o contexto de criação do African Ministers' Council on Water, sua estrutura organizacional, funções e atividades desenvolvidas.

1.2.3 Justificativa

O tema se mostra extremamente relevante ao se ter em mente a centralidade da questão hídrica, na qual, segundo o documento *Africa Water Vision for 2025*, a água pode representar tanto um empecilho como um instrumento de desenvolvimento. A importância desse recurso

¹² “Typically, in regions where water is scarce, states view combat over vital resources of supply as a legitimate function of *national security*. As suggested earlier, governments normally eschew the use of force in resolving international disputes unless they believe that critical security interests are at stake. [...] In areas where water is rarely sufficient, however, its availability is considered a matter of *national survival*.”

se faz especialmente decisivo ao considerar os grandes desafios presentes no continente africano, como a multiplicidade de bacias transfronteiriças, a crescente escassez hídrica, o clima árido e semi-árido e o esgotamento desse recurso predominantemente por ações antrópicas (UNECA; AU; AfDB, 2000).

Ao associar a importância da água, à situação enfrentada pelo continente africano, de crescente escassez, a relevância da discussão e do estudo desse cenário, assim como de organizações que atuam nele fica evidente. Esse trabalho visa explorar o universo da escassez de água e das interações internacionais afetadas por ela, contribuir para a literatura existente, assim como ampliar a discussão sobre o African Ministers' Council on Water e a sua atuação na África.

1.3 METODOLOGIA

A pesquisa realizada possui natureza exploratória, não apenas por se tratar de um tema pouco familiar, mas também porque se espera realizar uma “análise de exemplos que estimulem a compreensão” (GIL, 1999 *apud* SILVA; MENEZES, 2005, p. 21). Com essa intenção, o exemplo utilizado neste projeto é a atuação do African Ministers' Council on Water, buscando-se fomentar a compreensão sobre a questão hídrica em meio à um cenário de escassez.

O presente estudo possui características indutiva e qualitativa, ao se ater à análise de um caso específico, o qual não é passível de generalização, por se tratar do estudo de uma realidade bastante singular. Os procedimentos que conduziram os esforços de pesquisa são a pesquisa bibliográfica em livros de leitura corrente e o estudo de caso, este último utilizado por se tratar de “[...] um “sistema delimitado”, algo como uma *instituição*, um currículo, um grupo, uma pessoa, cada qual tratado como uma entidade única, singular” (KAHLMAYER-MERTENS *et al.*, 2007, p.54, grifo nosso). Durante a pesquisa bibliográfica, realizou-se contato por e-mail com Joshua Newton, autor da tese *Water, Water everywhere, nor any drop to drink: an exploration of the lack of a formal global water governance regime*¹³, resultando em entrevista, a qual encontra-se no apêndice dessa monografia.

Foram utilizadas, em grande parte, fontes secundárias de informação, dentre artigos, livros, teses e dissertações. Juntamente a eles, foram também empregadas publicações de organizações internacionais como o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

¹³ Em português: “Água, água em todo lugar, nenhuma gota para beber: uma investigação sobre a falta de um regime formal global sobre governança hídrica”

(PNUMA), Comissão Econômica para África, sob a égide das Nações Unidas (UNECA), o Department of Rural Economy and Agriculture (DREA) da União Africana, do African Development Bank (AfDB), do International Water Management Institute (Instituto Internacional de Gestão Hídrica/IWMI), entre outros.

O estudo da atuação do AMCOW foi conduzido, principalmente, através da análise crítica de documentos elaborados pela própria organização, dentre os quais destacam-se a Declaração Ministerial de Abuja, de 2002, o *Handbook for Decision Makers: 2004-2007*, a Declaração de Sharm El-Sheik de 2008, entre outros.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

O presente trabalho encontra-se dividido em seis partes:

No primeiro capítulo encontra-se uma narração introdutória da problemática em sua totalidade. Nele foram, então, apresentadas a questão de pesquisa, a justificativa para a escolha do tema, assim como a apresentação dos objetivos geral e específicos que conduziram e estruturaram a monografia, juntamente com a metodologia utilizada na sua elaboração.

O segundo capítulo é constituído do referencial teórico, em que são apresentados os conceitos-chave do trabalho, de maneira hierarquizada e lógica, começando pela caracterização do termo recursos hídricos, suas particularidades e usos, assim como se apresenta a questão das bacias hidrográficas transfronteiriças, internacionais, ou então, compartilhadas. Segue-se, então, para a conceituação do fenômeno da escassez e a diferenciação das duas formas existentes da mesma. Por fim, há a sistematização dos enfoques teóricos, os quais buscam aceitar ou rejeitar a existência de um vínculo entre escassez e conflito.

Em seguida, o terceiro capítulo abrange a contextualização da questão hídrica no continente africano através da apresentação das principais características do cenário hídrico continental, destacando a disponibilidade de recursos hídricos nas diferentes regiões da África. Ressalta-se, ainda, questões que representam desafios para a realidade apontada e para o futuro dos recursos hídricos da região, a fim melhor compreender o ambiente no qual a atuação do AMCOW se insere.

Parte-se, então, para o quarto capítulo em que é feita uma pesquisa detalhada do African Ministers' Council on Water, com destaque para a apresentação de sua estrutura e objetivos, assim como eventos e documentos antecedentes que inspiraram diretamente a sua criação.

No quinto capítulo, aborda-se o tema central do presente trabalho, isto é, a atuação dessa organização, através do estudo das principais iniciativas endossadas e parcerias estabelecidas pelo AMCOW. Busca-se, então, mostrar como a África lida, no contexto da atuação dessa organização internacional, com a questão da água.

Por fim, o sexto e último capítulo contém as principais conclusões obtidas por essa pesquisa, assim como a resposta para a pergunta de pesquisa, que direcionou os esforços empreendidos na elaboração dessa monografia.

2. RECURSOS NATURAIS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS: A QUESTÃO HÍDRICA EM DESTAQUE

O início de qualquer estudo com um grau mínimo e satisfatório de aprofundamento deve passar por um estudo do objeto. Porém, este estudo da mesma maneira não deve se restringir ao mesmo, mas englobar também o contexto teórico e as variáveis que cercam, moldam e restringem a atuação do objeto central de estudo.

Desta forma, este capítulo buscou melhor entender e delimitar os conceitos-chave que estruturam conceitualmente o presente estudo, iniciando com a caracterização dos recursos hídricos.

2.1 RECURSOS HÍDRICOS

A água é um recurso natural de extrema importância, sendo “integral à todas as atividades ecológicas e sociais, as quais incluem a produção de alimentos e energia, o transporte, o depósito de resíduos, o desenvolvimento industrial e a saúde humana”¹⁴ (GLEICK, 1993, p. 79, tradução nossa). Esse recurso é tão intrínseco às atividades humanas, que muitas vezes não se percebe a sua utilização constante e a sua real importância.

Mesmo estando inserida dentro do conjunto de recursos naturais, a água possui algumas características fundamentalmente próprias: apesar deles terem em comum uma distribuição geográfica desigual, em relação aos metais raros, a redistribuição hídrica por meio de trocas comerciais é mais difícil; e, ao contrário do petróleo, os recursos hídricos não possuem substitutos (GLEICK, 1993). Outra singularidade importante é o caráter renovável da água, tanto quantitativa e qualitativamente que se processa ao longo do tempo, em seu ciclo hidrológico natural. Esse ciclo hidrológico, constituído por inúmeros ciclos menores, se completa a cada 16 dias para as águas dos rios e 8 para a renovação total da água presente na atmosfera. Entretanto, ele pode levar centenas ou milhares de anos para as águas subterrâneas, as águas dos mares e para os lagos de maiores proporções (SHIKLOMANOV, 1993).

De acordo com Shiklomanov (1993), o grande desafio em estudar os recursos hídricos é que além da distribuição territorial desigual e de flutuações naturais durante o ano, existem também as mudanças causadas por ações humanas, especialmente pelas atividades econômicas. Apesar da característica renovável dos recursos hídricos, fenômenos como o

¹⁴ No original: “[...] integral to all ecological and societal activities, including food and energy production, transportation, waste disposal, industrial development, and human health.”

desenvolvimento da indústria e da agricultura¹⁵, o aumento populacional e as consequentes transformações na cobertura natural da Terra, intensificados nas últimas décadas, exercem um impacto significativo nas variações de precipitação, vazão dos rios e, conseqüentemente na disponibilidade de água (SHIKLOMANOV, 1993). A principal consequência de todas essas mudanças, como descrito por Shiklomanov (1993), é de que “quando recursos lentamente renováveis são utilizados por humanos em um ritmo acelerado, eles efetivamente se tornam não renováveis com consequentes rupturas do ciclo natural”¹⁶ (p. 15, tradução nossa).

Esse consumo intenso, decorrente de fenômenos como o crescimento populacional, expansão econômica, melhora nos padrões de vida e mudanças climáticas (GLEICK, 1993)¹⁷, aliado à distribuição geográfica irregular e a disponibilidade sazonal variada (SHIKLOMANOV, 1993), resultam na diminuição da disponibilidade de água em inúmeros locais, uma vez que o processo de renovação dos recursos hídricos não consegue acompanhar a taxa acelerada de consumo.

Como grande parte dos recursos naturais, a água encontra-se distribuída de maneira desigual entre as regiões do globo e a sua incidência se caracteriza por “não estar limitada por fronteiras políticas”¹⁸ (UN-WATER, 2013a, tradução nossa). A principal consequência da atual divisão política mundial, manifestada pela delimitação dessas fronteiras, é a existência de 276 bacias hidrográficas internacionais no mundo, das quais a grande maioria (92,7%) é compartilhada por 2, 3 ou 4 países (UN-WATER, 2013a) e cerca de 23% dessas 276 bacias encontram-se no continente africano. Logo, esses recursos hídricos que perpassam o território de pelo menos dois países são denominados recursos compartilhados (*shared*), ou transfronteiriços (*transboundary*), os quais podem estar na superfície (rios e lagos) ou a nível subterrâneo (aquíferos). O presente estudo restringe-se à análise dos recursos hídricos compartilhados superficiais.

Segundo Shiklomanov (1993, p. 13, tradução nossa)

[...] os ‘problemas hídricos’ estão entre os problemas científicos e técnicos mais agudos e complexos da atualidade. Esses problemas, crescentemente, ultrapassam fronteiras nacionais e regionais, assumindo uma natureza global.¹⁹

¹⁵ Sendo a agricultura o maior destino de recursos hídricos, somando cerca de 70% de todas as retiradas de água da natureza (OCDE, 2015; BROWN; MATLOCK, 2011, p. 3).

¹⁶ No original “When slowly renewed resources are used by humans at a rapid rate, they effectively become non-renewable resources with subsequent disruptions of the natural cycle.”

¹⁷ “[...] as human populations grow, as improving standards of living increase the demand for fresh water, and as global climatic changes make water supply and demand more problematic and uncertain.”

¹⁸ No original: “Water is not confined to political borders.”

¹⁹ No original: “‘water problems’, are among today’s most acute and complex scientific and technical problems. They increasingly reach beyond national and regional borders and are becoming global in nature.”

Dentre os principais ‘problemas hídricos’ aos quais Shiklomanov (1993) faz referência, ressalta-se a escassez.

2.2 O PROBLEMA DA ESCASSEZ

A escassez de recursos é um conceito fundamental para o estudo da Economia, uma vez que a disciplina exhibe, entre possíveis definições, a de ser, segundo Lionel Robbins (2007, p. 15, tradução nossa) “a ciência que estuda o comportamento humano como um relacionamento entre fins e meios escassos que possuem usos alternativos”²⁰, isto é, o relacionamento entre o uso de recursos escassos alocados para a obtenção de diferentes objetivos. Admite-se a escassez como o desequilíbrio entre oferta e demanda, que no caso dos recursos hídricos ocorre

[...] seja porque as quantidades disponíveis são insuficientes para uma procura sempre crescente, seja porque a degradação da qualidade da água a torna menos adequada para usos de maior exigência qualitativa (PEREIRA, 2002)

A escassez é um conceito essencial para a avaliação do cenário dos recursos hídricos. Segundo Brown e Matlock (2011), nas últimas décadas foram desenvolvidos diferentes índices de avaliação de vulnerabilidade da água (escassez ou estresse hídrico), a fim de quantitativamente avaliar a situação em que esses recursos se encontram, assim como, diferentes métodos para estimar as quantidades disponíveis do mesmo. No trabalho *A Review of Water Scarcity Indices and Methodologies*, Brown e Matlock (2011) agrupam os diferentes índices de avaliação em quatro grandes grupos, os quais se diferenciam pelos critérios utilizados no cálculo da escassez. Estes critérios dividem-se em: necessidades hídricas humanas, a retirada de recursos e o total existente, incorporação das necessidades hídricas ambientais, e consumo dos recursos hídricos juntamente com os danos e impactos causados a eles.

Dentre estes índices, destacam-se os baseados nas necessidades hídricas humanas²¹ e os calculados a partir das retiradas de água do meio ambiente e da disponibilidade do mesmo. Salienta-se que, com base em critérios variados, dos quais exemplos foram apresentados anteriormente, esses índices buscam ilustrar diferentes faces de um mesmo fenômeno, e que a

²⁰ No original: “Economics is the science which studies human behaviour as a relationship between ends and scarce means which have alternative uses”

²¹ Dentre eles estão a quantidade de água disponível per capita, quantidade mínima de água necessária para usos humanos essenciais, importação de cereais em relação a quantidades disponíveis de água e demanda por setor econômico (BROWN, MATLOCK, 2011)

escolha do critério pode ser uma escolha de natureza muito mais política do que científica, especialmente quando esse instrumento é utilizado no processo de tomada de decisões (BROWN; MATLOCK, 2011).

Dentre os diversos métodos listados anteriormente, dá-se ênfase ao índice de Escassez Hídrica Física e Econômica, elaborado pelo International Water Management Institute (IWMI). Nesse método de cálculo utiliza-se a quantidade de recursos hídricos renováveis disponível para as necessidades humanas, levando em consideração a infraestrutura hídrica existente, em relação à fonte principal de fornecimento de água (BROWN; MATLOCK, 2011, p. 8). O resultado, então, pode ser enquadrado em dois diferentes tipos de escassez: física e econômica. A primeira ocorre “quando mais de 75% dos fluxos dos rios são retirados para fins agrícola, industrial e doméstico” (BROWN; MATLOCK, 2011, p. 8, tradução nossa)²², isto é, “quando os recursos disponíveis são insuficientes para atender todas as demandas, incluindo as exigências ambientais mínimas” (CAWMA, 2007, p. 7, tradução nossa)²³.

Em contrapartida, a escassez econômica retrata uma outra realidade, a de

Países que possuem recursos renováveis adequados, com menos de 25% da água dos rios retirada para fins humanos, mas precisando realizar significativas melhorias na infraestrutura existente para tornar tais recursos disponíveis, são considerados “economicamente escassos em água”. (BROWN; MATLOCK, 2011, p. 8, tradução nossa)²⁴.

Em outras palavras, países com escassez econômica de recursos hídricos podem apresentar abundância física dos mesmos, mas a falta de investimentos ou de capacidade humana faz com que não consigam acompanhar a crescente demanda (CAWMA, 2007).

2.3 TERMOS DO DEBATE SOBRE A PRESENÇA DE CONFLITOS E A IMPORTÂNCIA DA COOPERAÇÃO

Com a incidência crescente de escassez em inúmeras regiões, com a significativa ocorrência de compartilhamento de recursos hídricos por dois ou mais países e com o agravamento de fenômenos como mudanças climáticas e expansão da atividade econômica,

²²No original: “when more than 75% of river flows are withdrawn for agriculture, industry, and domestic purposes.”

²³No original: “Physical scarcity occurs when available resources are insufficient to meet all demands, including minimum environmental flow requirements.”

²⁴No original: “Countries having adequate renewable resources with less than 25% of water from rivers withdrawn for human purposes, but needing to make significant improvements in existing water infrastructure to make such resources available for use, are considered “*economically water scarce*”.”

entre outros, questiona-se a possibilidade de ocorrerem ‘*Water Wars*’, isto é, ‘Guerras por Água’.

Não apenas obras acadêmicas se multiplicaram nas últimas décadas, mas conhecidos políticos também referiram à questão em pronunciamentos, assim como a mídia enfatizou o tema (STUCKI, 2005).

Para caracterizar o debate acadêmico existente entre *water wars* e *water peace*, segundo a denominação de Stucki (2005), destaca-se o posicionamento de quatro autores principais - Michael Klare, Peter Gleick, Wendy Barnaby e Aaron Wolf – conforme ilustrado no Quadro 1. Apesar das diferentes formações acadêmicas²⁵, todos demonstraram preocupação em pensar na questão da existência ou não de um “nexo entre escassez de água e conflito armado”, defendendo ou refutando a “escassez de recursos hídricos como uma fonte principal de conflito armado interestatal” (STUCKI, 2005, tradução nossa)²⁶.

Quadro 1 – Diferentes posições sobre a existência denexo entre escassez hídrica e conflito armado internacional.

AUTOR	HÁ NEXO ENTRE ESCASSEZ E CONFLITO ARMADO INTERESTATAL?	SOLUÇÃO/ALTERNATIVA
KLARE	Sim	Soluções Cooperativas, com ênfase nas organizações internacionais.
GLEICK	Sim	Cooperação, com importante papel do Direito e de Organizações Internacionais.
BARNABY	Não	Cooperação, com destaque para o Comércio e Acordos Internacionais.
WOLF	Não	Cooperação, através de gerenciamento conjunto ‘criativo’.

Fonte: elaboração do autor

Segundo Michael Klare (2002; 2013), a água pode não parecer uma fonte provável de tensão em um primeiro momento, porém os conflitos envolvendo os recursos hídricos são

²⁵ Michael Klare possui graduação pela Universidade de Columbia, Mestrado em História da Arte e Arqueologia também pela Universidade de Columbia e Doutorado em Relações Internacionais com foco em Estudos de Paz e Conflito pelo Union Institute (LINKEDIN, 2016). Peter Gleick graduou-se pela Universidade de Yale em Engenharia e Ciências Aplicadas e possui Mestrado e Doutorado em Energia e Recursos pela Universidade da Califórnia, em Berkeley (PACIFIC INSTITUTE, 2016). Wendy Barnaby é graduada em Relações Governamentais e Internacionais pela Universidade de Sydney, Austrália e atua como jornalista e escritora (WENDY BARNABY, 2016). Aaron Wolf possui graduação em Geografia Física e Gerenciamento de Recursos pela Universidade Estadual de São Francisco, na Califórnia, Mestrado no Programa de Gestão de Recursos Hídricos, com ênfase em Hidrogeologia pela Universidade de Wisconsin e Doutorado no Programa de Recursos Terrestres com ênfase em Análise de Política Ambiental também pela Universidade de Wisconsin (ORST, 2016).

²⁶ No original: “the nexus between water scarcity and armed conflict”, “scarce water resources as a primary source of interstate armed conflicts”

uma característica proeminente do comportamento humano ao longo da história (KLARE, 2002). No período atual, a competição pelo acesso a recursos essenciais como a água, e a sua consequente escassez, resultante de uma demanda crescente, têm o potencial de “produzir uma correnteza de inquietação, rebeliões, competição e conflito” (KLARE, 2013, tradução nossa). O autor reconhece que apesar de que as “guerras interestatais sobre recursos vitais possam ser menos comuns que conflitos internos”, elas ainda assim podem ocorrer e frequentemente se mostram “mais intensas e violentas” ²⁷ (KLARE, 2002, p. 222, tradução nossa). Para o autor, a cooperação é um importante elemento capaz de reduzir tensões e evitar a possível escalada de situações ao nível de conflito armado internacional. Soluções cooperativas como as negociações e a criação de instituições internacionais, apesar de não resolverem todos os conflitos, são “mais propensas a reduzir escassezes dolorosas” ²⁸ (KLARE, 2002, p. 225, tradução nossa), atuando como importantes alternativas para atenuar os riscos de conflitos de maiores proporções.

Assim como Michael Klare, Peter Gleick também defende a existência do nexos entre escassez hídrica e conflito armado. Em argumento similar ao de Klare, Gleick (1993, p. 80, tradução nossa) afirma que

Nem todas as disputas por recursos hídricos conduzirão a conflitos violentos; de fato, a maioria leva a negociações, argumentações, e resoluções não violentas. Porém, em certas regiões do mundo, como o Oriente Médio e Ásia Central e Austral, a água é um recurso escasso que se tornou cada vez mais importante para o desenvolvimento econômico e agrícola. Nessas regiões, a água está evoluindo para um tema de ‘high politics’ e a probabilidade de violência relacionada à água está aumentando. ²⁹

Logo, em lugares de escassez de água, a competição pelo acesso aos recursos hídricos aumenta, podendo atingir um nível tão elevado que os governantes passem a perceber a água como um tema prioritário para a sobrevivência e segurança nacionais (GLEICK, 1993). Essa percepção de caráter estratégico dos recursos hídricos faz com que eles não apenas sejam uma das causas de conflitos, mas também os transforma em objetivos e instrumentos de guerra (GLEICK, 1993) Segundo o autor, existem diversos níveis e escalas de conflitos, como disputas locais, subnacionais, disputas fronteiriças entre países ou até mesmo conflitos que

²⁷ No original: “Although interstate warfare over vital materials may be less common than internal wars, such fighting will often prove more intense and violent.”

²⁸ No original: “[...] cooperative solutions is more likely to avert painful shortages.”

²⁹ No original: “Not all water resource disputes will lead to violent conflict; indeed most lead to negotiations, discussions, and non-violent resolutions. But in certain regions of the world, such as the Middle East and southern and central Asia, water is a scarce resource that has become increasingly important for economic and agricultural development. In these regions, water is evolving into an issue of “high politics”, and the probability of water-related violence is increasing.”

envolvam nações que não compartilham fronteiras, porém segundo Gleick (1993, p. 83, tradução nossa) a “experiência recente sugere que conflitos são mais prováveis de ocorrer nos níveis local e regional”³⁰.

Em entrevista concedida a Suzanne Goldenberg (2014), em matéria publicada pelo The Guardian, Gleick reafirma a incidência crescente de confrontos violentos relacionados à água, apontando como causas elevada competição, o mal gerenciamento e os impactos das mudanças climáticas. Entretanto, mostra-se mais preocupado com conflitos subnacionais, como “[...] conflitos entre agricultores e cidades, entre grupos étnicos, entre pecuaristas e agricultores na África, entre usuários na jusante e montante do mesmo rio”³¹ (GOLDENBERG, 2014, tradução nossa). Essa preocupação se justifica, para Peter Gleick, por existirem mais ferramentas em nível internacional para a resolução de disputas interestatais, dentre os quais estão a diplomacia, os tratados e as organizações internacionais (GOLDENBERG, 2014). Gleick ainda enfatiza o importante papel do direito e das instituições internacionais para a redução dos riscos de ocorrência de conflitos relacionados à água (GLEICK, 1993).

Em contraposição ao posicionamento dos autores apresentado anteriormente, Wendy Barnaby (2009) refuta de maneira enfática a possibilidade de futuras ‘Guerras por Água’. Segundo a autora “países não vão à guerra por água, eles solucionam as suas carências hídricas através do comércio e de acordos internacionais”, sendo a cooperação a “resposta dominante aos casos de recursos hídricos compartilhados”³² (BARNABY, 2009, p. 282, tradução nossa). De acordo com os dados apresentados por Barnaby (2009), durante as últimas cinco décadas, não houve nenhuma declaração de guerra por água e, dentre as 1831 interações internacionais registradas envolvendo recursos hídricos internacionais no mesmo período, 67% das mesmas foram cooperativas, 28% conflitivas e 5% neutras.

Ao apontar o comércio internacional como solução para os problemas hídricos de um país, a autora baseia-se na ideia de ‘água virtual’, isto é, a água embutida presente no processo produtivo de cada produto (BARNABY, 2009). De acordo com esse pensamento, países com escassez de água abandonariam as atividades de produção intensivas em recursos hídricos e passariam a importar os produtos que requeiram quantidades significativas de água em seu

³⁰ No original: “Recent experience suggests that conflicts are more likely to occur on the local and regional level and in developing countries where common property resources may be bot more critical to survival and less easily replaced or supplemented.”

³¹ No original: “[...] conflicts between farmers and cities, between ethnic groups, between pastoralists and farmers in Africa, between upstream users and downstream users on the same river”

³² No original: “Countries do not go to war over water, they solve their water shortages through trade and international agreements. Cooperation, in fact, is the dominant response to shared water resources.”

processo produtivo. Como exemplo emblemático, Barnaby (2009) aponta as conclusões feitas por J.A. Allan sobre os países do Oriente Médio, os quais passaram a importar grãos para suprir os seus orçamentos hídricos, isto é, a quantidade de água necessária para satisfazer as necessidades humanas básicas como alimentação, hidratação e higiene, o qual se calcula como em torno de 1.100m³ anuais per capita. De acordo com essa visão otimista, países subdesenvolvidos, ao diversificarem suas economias, abandonariam a agricultura e gerariam riqueza através de indústrias de menor utilização de água. Com isso, ao se desenvolverem, necessitando de maiores quantidades de água para suprir as demandas crescentes da população, eles poderiam então recorrer à importação de alimentos (BARNABY, 2009).

Assim como Wendy Barnaby, Aaron Wolf também refuta a existência do nexo entre escassez hídrica e conflito armado internacional. Segundo ele (YOFFE; WOLF, 1999), ao longo da história “de fato, existiu apenas uma guerra travada por água, entre as cidades-estado sumérias de Lagash e Umma, em 2500 a.C.” (p. 5, tradução nossa)³³. Entretanto, isso não indica ausência de violência em temas hídricos, os quais são presentes em nível subnacional, “geralmente entre tribo, setor de uso d’água, ou estado” (YOFFE; WOLF, 1999, p. 5, tradução nossa)³⁴.

Para Wolf (YOFFE; WOLF, 1999), sobre a questão de escassez hídrica e conflito armado internacional

A questão que emerge, a qual é indiscutivelmente mais interessante do que onde ‘guerras por água’ irão eclodir, é, dado todas as características indutoras de conflitos das bacias hidrográficas transfronteiriças, por que tão pouca violência internacional ocorre? (p. 5, tradução nossa)³⁵.

Com isso, a solução para desentendimentos entre países que compartilham recursos hídricos é obtida pelo “gerenciamento conjunto criativo do recurso, ao invés de insistência em soberania” (YOFFE; WOLF, 1999, p. 14, tradução nossa).

Independentemente da posição dos autores frente à relação entre escassez e conflito armado internacional, todos destacam o papel da cooperação, como forma de prevenção ou solução para as interações internacionais de natureza conflituosa, impedindo assim a escalada de animosidades rumo a conflitos mais graves. Além da ênfase dada à cooperação, os autores também ressaltam a existência de arranjos organizacionais no cenário internacional como

³³ No original: “In fact, there has been only one war ever fought over water, that between the Sumerian city-states of Lagash and Umma, in 2500BC.”

³⁴ No original: “[...] generally between tribe, water-use sector, or state.”

³⁵ No original: “The question which emerges, which is arguably more interesting than where “water wars” will break out, is, given all of the seemingly conflict-inducing characteristics of transboundary waterways, why has so little international violence taken place?”

importantes para a obtenção/permanência de interações cooperativas. Dentre os instrumentos citados estão: as organizações internacionais, para Klare, Gleick e Wolf, o direito para Gleick e o comércio e os acordos internacionais para Barnaby.

Conclui-se, então, como ponto de partida a ocorrência quantitativamente mais frequente de cooperação frente a conflitos (BARNABY, 2009; TATEMOTO, 2011); STEFANO et al, 2012), mesmo tendo-se em mente um conceito de conflito mais amplo do que o empregado tradicionalmente em estudos de Relações Internacionais (de conflito armado). Aceita-se, então, que “Conflito significa muito mais que guerra”, englobando também “Divergências e desentendimentos [...]” de graus variados (TATEMOTO, 2011). Como exemplo da complexidade do termo ‘conflito’, o Program in Water Management and Transformation (2008), ao elaborar o International Water Event Database: 1950-2008, utilizado por Tatemoto (2011) em seu estudo quantitativo de conflito em bacias hidrográficas compartilhadas, classificou os eventos conflituosos em 7 níveis: (-1) – leve expressão verbal de desacordo; (-2) - forte expressão verbal de desacordo, com hostilidade; (-3) – ações diplomáticas ou econômicas hostis; (-4) – ações políticas ou militares hostis; (-5) - atos militares de pequena escala; (-6) – extensivos atos de guerra; (-7) declaração formal de guerra.

E, compartilhando da opinião de Herz e Hoffmann (2004, p. 9), assume-se que as “Organizações Intergovernamentais Internacionais, formadas por Estados, [...] são a forma mais institucionalizada de realizar a cooperação internacional”. Partindo desse raciocínio, faz-se necessário abordar, ainda que em grandes traços, a visão das Relações Internacionais sobre o Sistema Internacional, isto é, o cenário em que estão inseridos os atores estatais e a definição de Organizações Internacionais (OIs).

2.4 CARACTERIZAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES COMO O AMCOW NA PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O Sistema Internacional é, majoritariamente, visto através das teorias predominantes de Relações Internacionais: o realismo e o liberalismo. Ambas as perspectivas teóricas buscam, segundo Herz e Hoffmann (2004, p. 34),

[...] entre outros objetivos, explicar a cooperação e o conflito entre os principais atores do sistema internacional, a produção de mecanismos de estabilização do mesmo e as formas como esse sistema político é governado, na ausência de aparato estatal central.

Como elementos-chave para tal análise, tem-se como cenário o Sistema Internacional, constituído por Estados, os quais ocupam o papel de principais atores nesse meio. Esses Estados têm como características comuns serem soberanos, detendo o monopólio legítimo da violência no interior de seus respectivos territórios; assim como utilizarem a racionalidade na realização de escolhas e terem como motivação de suas ações o auto interesse³⁶ (WALTZ, 2001). Como principais atores e soberanos, há uma igualdade formal entre os Estados, os quais “não possuem nenhuma agência acima deles a qual eles possam depender para proteção” (WALTZ, 2001, p. 227). Isso os faz submergir em um ambiente anárquico, uma vez que formalmente inexiste uma autoridade superior, capaz de constranger as ações dos outros Estados e regulamentar o uso da força pelos mesmos (KEOHANE, 1984; HERZ, HOFFMANN, 2004). Portanto, a anarquia transforma o Sistema Internacional em um cenário de incerteza e insegurança, que, por sua vez, dificulta a ocorrência de cooperação (HERZ, HOFFMANN, 2004; KEOHANE, 1984).

A fim de suavizar a característica anárquica do Sistema Internacional, e a sua influência no comportamento dos Estados, segundo Herz e Hoffmann (2004, p. 10), “ ao longo da história de mais de três séculos do sistema internacional moderno, inúmeros mecanismos de estabilização do sistema foram gerados”. Dentre esses mecanismos as autoras ressaltam os “Arranjos ad hoc, o multilateralismo, os regimes internacionais, as alianças militares e a segurança coletiva”, os quais são arranjos organizacionais do sistema internacional “diretamente associados ao processo de criação das Organizações Internacionais” (HERZ; HOFFMANN, 2004, p. 10). Essa conexão entre mecanismos de estabilização e a emergência de Organizações Internacionais é justificada pelo fato dessas organizações resultarem “da existência de normas e expectativas comuns” (HERZ; HOFFMANN, 2004, p. 12), as quais passam a existir a partir da repetida interação dos atores do Sistema Internacional entre si.

Por Organizações Internacionais (ou Organizações Intergovernamentais Internacionais) entendem-se, através da perspectiva do direito internacional,

[...] associações voluntárias de Estados estabelecidas por acordo internacional, dotadas de órgãos permanentes, próprios e independentes, encarregadas de gerir interesses coletivos e capazes de expressar uma vontade juridicamente distinta de seus membros (HEREDIA, 1997, p. 37, tradução nossa)³⁷

³⁶ No original: “Each state pursues its own interests, however defined, in ways it judges best”

³⁷ No original: “[...] asociaciones voluntarias de Estados estabelecidas por acuerdo internacional, dotadas de órganos permanentes, propios e independientes, encargados de gestionar unos intereses colectivos y capaces de expresar una voluntad juridicamente distinta de la de sus miembros”

Portanto, destacam-se como requisitos essenciais para a caracterização de uma instituição como uma Organização Internacional a imperatividade dos membros serem Estados soberanos, assim como a existência de um acordo internacional constitutivo, órgãos permanentes, próprios e independentes, e ainda a gestão de vontades coletivas e a capacidade de transmitir vontade jurídica própria.

Ao longo do tempo, a fim de estudar esse fenômeno, foram criados diversos critérios de classificação, dentre os quais se destacam o de abrangência geográfica e o de função exercida. Nesse contexto, uma organização internacional pode diferir entre regional – estando os seus membros necessariamente contidos em uma área geográfica específica – ou global. Quanto às funções atribuídas às OIs, isto é, a sua vocação, a mesma pode ser geral, abordando assuntos variados e questões de governança; ou então, a organização pode ter como escopo temático um tema específico, no qual se baseia toda a sua estruturação e atuação, sendo considerada uma organização de função especializada, palco de predominância da cooperação funcional (HERZ; HOFFMANN, 2004).

Independentemente do tamanho ou função assumidos por uma organização internacional, enfatiza-se como pré-requisito principal para a emergência de tal instituição o “reconhecimento pelos Estados de problemas que surgem a partir de sua coexistência” (HERZ; HOFFMANN, 2004). E, em particular, em questões de cooperação funcional – “cooperação em uma área temática específica no âmbito das questões sociais e econômicas” (HERZ; HOFFMANN, 2004, p. 126) – uma característica importante dos problemas enfrentados pelos Estados é o caráter ‘intrinsecamente transnacional’ dos mesmos e do reconhecimento e abordagem de problemas em comum sofridos por diferentes Estados, requerendo a coordenação das atividades entre todos os Estados membros (HERZ; HOFFMANN, 2004).

Conclui-se, a partir da ótica apresentada, o enquadramento do AMCOW como uma Organização Internacional, formado através da associação voluntária de 53 Estados soberanos, os quais estão em sua totalidade localizados no continente africano. Este órgão foi, ainda, constituído a partir da Declaração Ministerial de Abuja, em 2002 e conta com órgãos próprios e permanentes, dos quais o seu Secretariado está localizado em Abuja, na Nigéria. A gestão de vontades coletivas e a capacidade de transmitir uma vontade jurídica diferente daquela de seus membros pode ser comprovada a partir de Declarações Ministeriais resultantes da realização de Conferências, Decisões tomadas nas Assembleias Gerais dos encontros realizados anualmente, entre outras publicações realizadas pela organização.

Tem-se, então, na criação do African Ministers' Council a consolidação de uma vontade política em responder aos desafios do setor hídrico, resultando em um posicionamento do continente em relação a temas como o acesso a água, a sua escassez, entre outros. Com a criação do AMCOW, há o reconhecimento da magnitude das questões relacionadas aos recursos hídricos para o cenário continental e da existência de problemas comuns aos países do continente nesta temática. Problemas estes que em diversos casos transcendem a esfera local e nacional, assumindo contornos transnacionais que necessitam de uma resposta conjunta para a sua solução. No capítulo a seguir procurou-se descrever, em linhas gerais, o cenário em que o African Ministers' Council está inserido e sobre o qual deve atuar.

3. A QUESTÃO HÍDRICA NA ÁFRICA

A África é o segundo maior continente do mundo, com 30,2 milhões de km², ocupando 20,3% da terra firme do planeta. Representa também o segundo mais populoso, com 1,2 bilhão de habitantes³⁸, ou então, 16% da população mundial, a qual se encontra distribuída politicamente em 54 países³⁹ (UNDESA, 2015 BOYES, 2013). Deste total, 34 países constam na lista da ONU de países menos desenvolvidos, título conferido a países com os menores índices de desenvolvimento socioeconômico mundiais (UNCDP, 2016)⁴⁰. Em aparente contradição, o continente é rico em recursos naturais como minérios, pedras preciosas, petróleo e gás natural, contanto com 30% dos recursos minerais restantes da Terra (BOYES, 2013). O continente africano é, ainda, a região de mais rápido incremento populacional, com taxas de crescimento de 2,5% ao ano durante o período de 2010-2015 (UNDESA, 2015).

Após essa rápida contextualização e com o intuito de apresentar um breve retrato do continente visualizado a partir da perspectiva dos recursos hídricos, utilizou-se como condução lógica pontos apontados pelo documento *African Water Vision for 2025* (UNECA; AU; AFDB, 2000).

Publicado no ano 2000, este documento salienta a presença de problemas socioeconômicos enfrentados pelo continente africano, os quais necessitavam de respostas urgentes a fim de reverter a pobreza endêmica e o subdesenvolvimento (UNECA; AU; AFDB, 2000). Nele, os autores reconhecem, então, o "papel crucial da água no cumprimento de necessárias metas de desenvolvimento"⁴¹. De acordo com os mesmos, este fato não deve impor restrições ao desenvolvimento socioeconômico africano, uma vez que o continente "parece ter recursos hídricos abundantes", como "grandes rios, lagos, vastos pantanais e limitados, mas extensos recursos hídricos subterrâneos"⁴².

Entretanto, a sustentabilidade desses recursos e o consequente desenvolvimento continental por eles alavancado são ameaçados por fenômenos naturais e fatores humanos, dentre os quais são enfatizados:

- a) A multiplicidade de bacias hidrográficas transfronteiriças;

³⁸ Atrás apenas do continente asiático, que abriga uma população de cerca de 4,4 bilhões de pessoas.

³⁹ E um território não autogovernado, Saara Ocidental (BOYES, 2013).

⁴⁰ Os dados analisados para a classificação de Países Menos Desenvolvidos são: renda, indicadores de nutrição, saúde, educação e alfabetização, e indicadores de vulnerabilidade econômica, como tamanho da população, instabilidade da produção agrícola, exportações, entre outros (UN-OHRLLS, 2016)

⁴¹ No original: "The crucial role of water in accomplishing the needed socio-economic development goals is widely recognized."

⁴² No original: "On the face of it, water should not pose a constraint to such development for Africa appears to have abundant water resources. It has large rivers, big lakes; vast water lands and limited, but widespread ground water resources".

- b) Extrema variabilidade espacial e temporal do clima e da precipitação, somadas às mudanças climáticas;
- c) Crescente escassez hídrica, [o] encolhimento de algumas reservas de água, e desertificação; [...]
- d) Esgotamento de recursos hídricos através da poluição, degradação ambiental e desmatamento; ⁴³(UNECA; AU; AFDB, 2000, tradução nossa)

A partir dos elementos destacados pelo *African Water Vision*, ressaltam-se a seguir algumas informações sobre esses quatro temas – bacias transfronteiriças, variabilidades e mudanças climáticas, escassez e degradação ambiental – para caracterizar o cenário hídrico africano.

3.1. MULTIPLICIDADE DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

Faz-se necessário lembrar que o continente africano possui 64 bacias hidrográficas transfronteiriças (UN-WATER, 2013b). Elas encontram-se espalhadas pelo continente africano, como ilustrado na Figura 2, ocupando uma área de 64% do território continental.

Essas bacias transfronteiriças abrigam 93% dos recursos hídricos superficiais presentes na África, assim como 77% da população do continente (UNEP, 2010).

Conforme o AWV (UNECA; AU; AFDB, 2000, p. 9, tradução nossa), e corroborado pela Figura 2, “praticamente todos os países continentais sub-saarianos e o Egito compartilham pelo menos uma bacia hídrica internacional”⁴⁴. Essa condição comum de compartilhamento entre os países chega a números extremos, como ocorrem com o rio Nilo, que possui ao longo de sua extensão 11 nações ripárias, assim como com o Congo com 9, o Zambezi com 8, entre outros. Ou então, tem-se também a situação oposta, com o extremo vivido pela Guiné, país em cujo território passam 12 rios internacionais (UNECA; AU; AFDB, 2000).

⁴³ No original: “The multiplicity of trans-boundary water basins; • Extreme spatial and temporal variability of climate and rainfall, coupled with climate change; • Growing water scarcity, shrinking of some water bodies, and desertification.[...] • Depletion of water resources through pollution, environmental degradation, and deforestation [...]”

⁴⁴ No original: “Virtually all the continental sub-Saharan African countries and Egypt share at least one international water basin”

3.2 VARIABILIDADES E MUDANÇAS CLIMÁTICAS

A “extrema variabilidade espacial e temporal do clima e da precipitação, somadas às mudanças climáticas” (UNECA; AU; AFDB, 2000, tradução nossa) refere-se à influência de fatores físicos, geográficos e humanos, na determinação das condições de vida continental.

A variabilidade espacial de zonas climáticas e ecossistemas, assim como diferentes níveis de aridez ao longo do extenso território africano deve-se a fatores predominantemente naturais. Dentre esses fatores, verifica-se como um dos principais a distribuição desigual dos recursos hídricos entre as diferentes regiões.

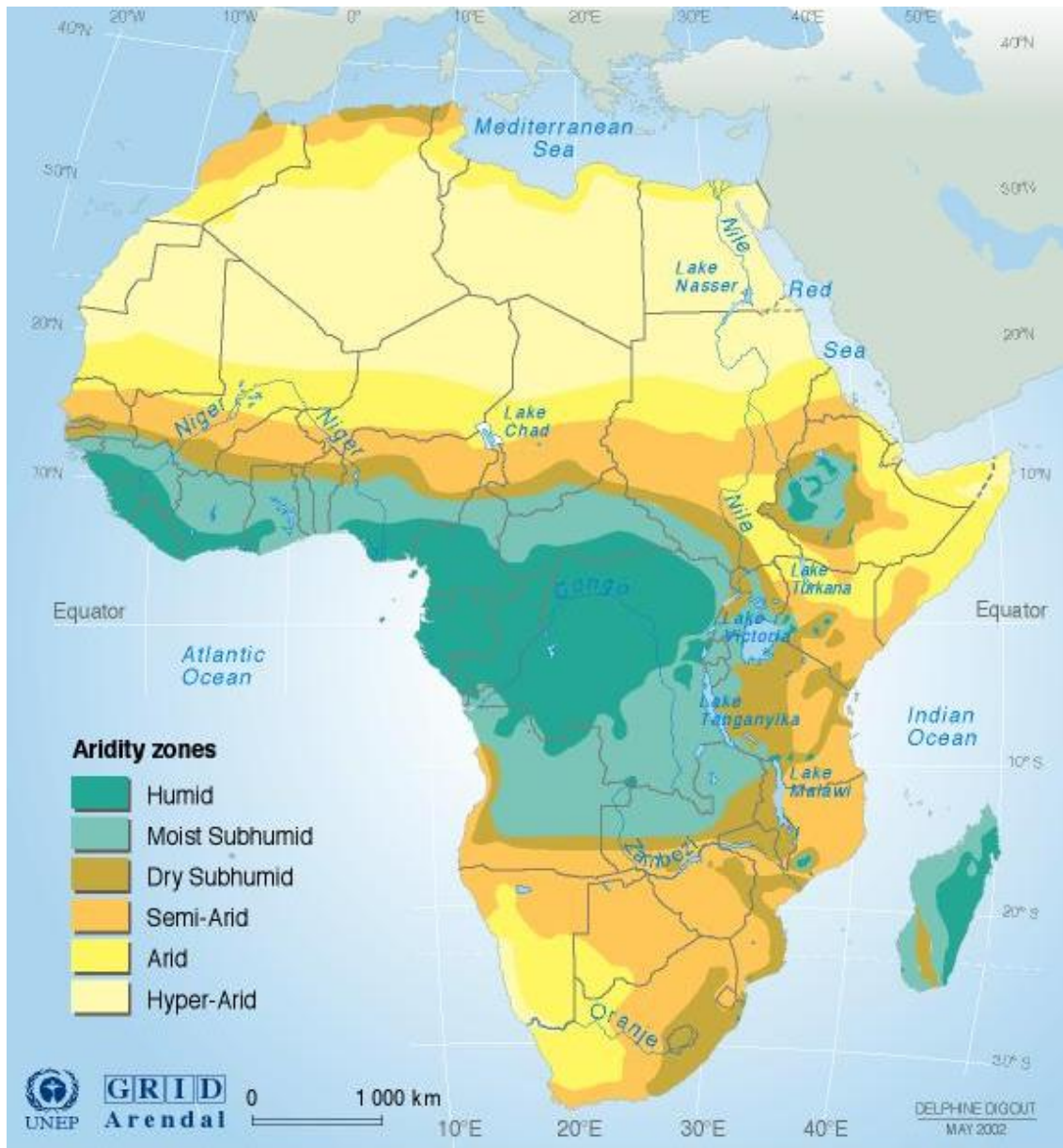
Apesar da sua significativa extensão, o continente conta com apenas 9% dos recursos hídricos renováveis do planeta (UNEP, 2010). Mesmo assim, o continente africano é detentor de “ecossistemas diversos, de desertos arenosos a exuberantes florestas tropicais”⁴⁶ (MCDANIEL *et al.*, 2012, tradução nossa).

Tamanha variedade natural permite observar um conjunto de situações emblemáticas, começando ao norte pelo deserto do Sahara, que cobre uma vasta extensão do Norte da África e um total de 25% do continente; ele é sucedido por uma estreita faixa de clima semiárido, conhecida como Sahel, o qual compõe uma região de transição entre o deserto, ao norte e as regiões de savana, ao sul. Esta última classificação também conhecida por pradaria cobre quase a metade do continente africano, estendendo-se do sul do Sahel até o norte da região sul africana (MCDANIEL *et al.*, 2012). Ela ocupa a maioria da região central da África, com a região do Serengeti como principal expoente. A região central africana abriga, juntamente com as savanas e a região dos Grandes Lagos, à leste, 80% das florestas tropicais restantes da África, concentradas ao longo da bacia hidrográfica do rio Congo e na porção centro-oeste do continente. Ao sul do continente há a incidência de formações rochosas, como montanhas e platôs, além de pradarias e, à oeste, a região desértica do Kalahari (MCDANIEL *et al.*, 2012).

A presença desses diferentes ambientes naturais está relacionada, dentre outros fatores, com a quantidade de água presente na atmosfera. Estas variedades de ecossistemas coincidem com áreas de maior aridez e menor precipitação (como os desertos do Saara e Kalahari), às áreas de maior umidade e maiores volumes de chuva (como as florestas equatoriais congolanas), respectivamente. Este fato pode ser visualizado na Figura 3, que ilustra a variabilidade da aridez ao longo do território africano, com as áreas áridas marcadas pela cor bege, amarela e laranja e com as áreas de maior umidade representadas pelos tons de verde (UNEP, 2008).

⁴⁶ No original: “Africa is home to diverse ecosystems, from sandy deserts to lush rain forests”.

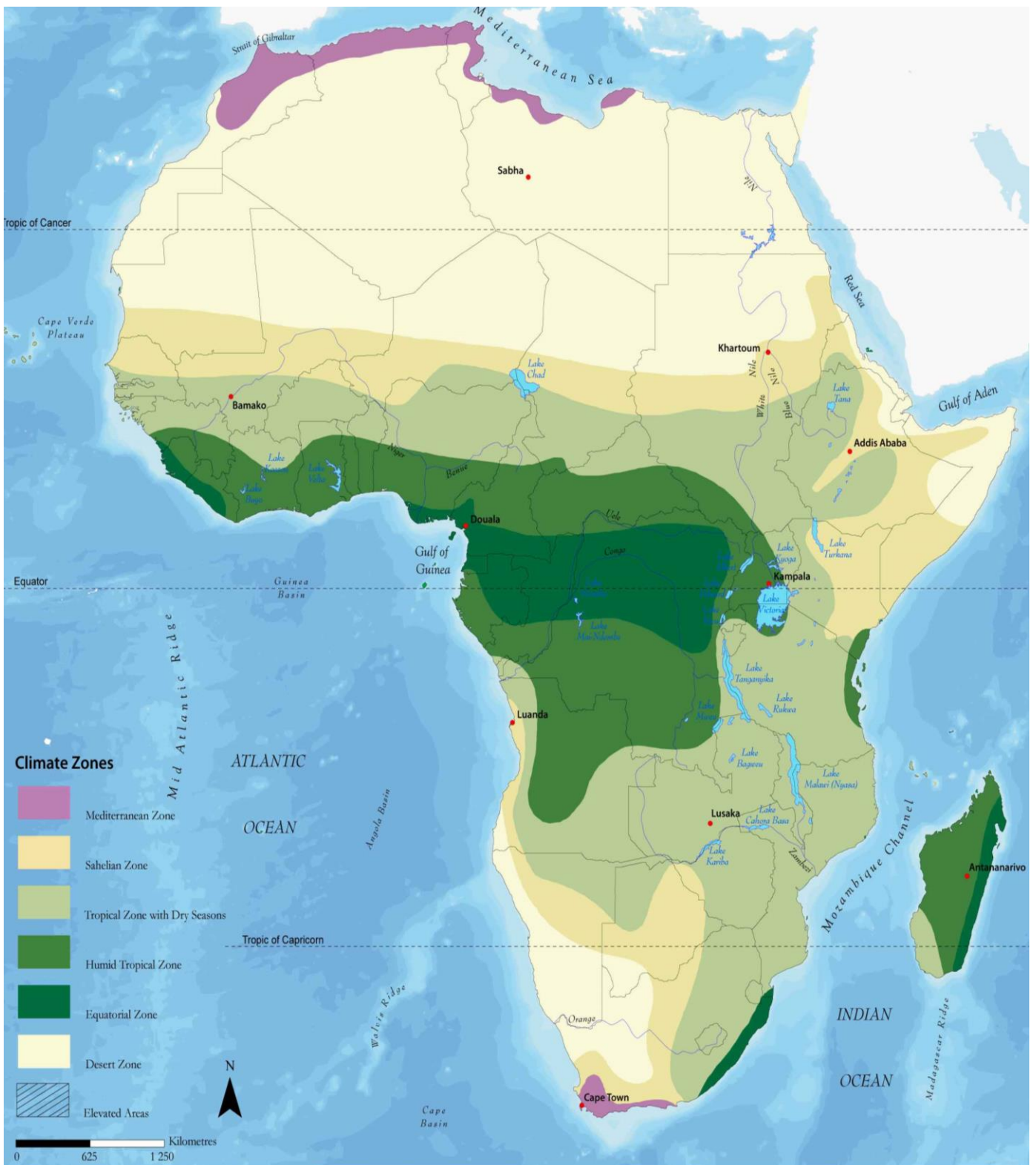
Figura 3 – Incidência de aridez no continente africano



Fonte: UNEP-GRID (2005)

Similar à presença de água na atmosfera, a variabilidade de zonas climáticas também influi na distribuição de ambientes naturais diversos no continente, como apontado pela Figura 4, que ilustra a incidência de diferentes zonas climáticas na África.

Figura 4 – Zonas Climáticas no continente africano



Como visto, apesar da presença de diferentes ecossistemas, é nítida a predominância de clima semiárido (Figura 3)⁴⁷, sendo a África o segundo continente mais seco do planeta, atrás apenas da Oceania (UNEP, 2010). Segundo o *Africa Water Atlas* (UNEP, 2010), mais de 50% dos recursos hídricos do continente estão concentrados nas zonas climática úmida e de elevado nível de precipitação. Elas encontram-se restritas ao longo de regiões próximas à linha do Equador, a qual incide sobre uma faixa relativamente estreita do centro da África. Com o afastamento da linha do Equador em direção aos Trópicos de Capricórnio, ao norte e de Câncer ao sul, os níveis de precipitação e umidade sofrem redução, resultando em maiores índices de aridez (Figuras 3 e 4). Nas regiões de predominância do clima hiper-árido, a disponibilidade de recursos hídricos é de apenas 2,99% do total presente no continente (UNEP, 2010).

Assim como a variabilidade espacial de chuvas, a variabilidade temporal também se mostra significativa, uma vez que, em certas regiões, os níveis de precipitação variam em até 40% durante as estações do ano (UNECA; AU; AFDB, 2000). Essa discrepância sazonal resulta em períodos marcadamente chuvosos e secos, especialmente nas regiões do Sahel, do sul e do leste da África (UNEP, 2010). Ressalta-se ainda o importante papel da precipitação no ciclo natural dos recursos hídricos e no consequente processo de renovação dos mesmos (SHIKLOMANOV, 1993).

Como agravante, há ainda os imprevisíveis impactos das mudanças climáticas, as quais alteram e desequilibram as características e dinâmicas ambientais conhecidas e potencializam fenômenos como os ligados a degradação ambiental, com importante impacto sobre a subsistência humana (UNEP, 2010).

3.3 ESCASSEZ DE ÁGUA

A “crescente escassez hídrica, [o] encolhimento de algumas reservas de água, e [a] desertificação” (UNECA; AU; AFDB, 2000, tradução nossa) são fenômenos originados pela combinação de fatores naturais, como a variabilidade de chuvas e clima e as mudanças climáticas. Também se devem a fatores de natureza humana, como a degradação ambiental e o aumento do consumo dos recursos hídricos. Dentre os fatores principais do incremento do consumo de água estão “a crescente população mundial, o aprimoramento dos padrões de

⁴⁷ Extrai-se das Figuras 2 e 3 a predominância dos níveis de aridez “árido” e “semiárido” e das zonas climáticas “tropical com estação seca” e “saheliana” e, respectivamente (UNEP, 2008; WMO; UNEP, 2001).

vida, a mudança de padrões de consumo e a expansão da agricultura irrigada”, entre outros⁴⁸ (MEKONNEN; HOEKSTRA, 2016).

Como mencionado nos Capítulos 1 e 2, a inconsistência existente entre uma demanda crescente e uma oferta limitada, seja ela por fatores físicos ou econômicos, resulta em escassez. O estudo desse fenômeno engloba a utilização de diferentes cálculos, que em sua maioria são elaborados considerando períodos anuais (BROWN; MATLOCK, 2011). Entretanto, o emprego de escalas anuais

[...] esconde a variabilidade dentro do ano e subestima a extensão da escassez hídrica. As geralmente significativas variações intra-anuais de ambos o consumo e a disponibilidade de água azul (água doce superficial e subterrânea) levam a uma grande variação de escassez de água durante o ano.⁴⁹ (MEKONNEN; HOEKSTRA, 2016, p.1, tradução nossa).

A fim de contar com um retrato mais fiel da realidade, o qual contabiliza as variações sazonais, Mekonnen e Hoekstra (2016) elaboraram detalhado estudo, utilizando como unidade temporal períodos mensais. Os resultados obtidos foram classificados como índices de escassez baixo, moderado ou severo⁵⁰. Dentro desta metodologia, os resultados encontrados para o continente africano indicam que: a região central africana, em especial ao longo da Bacia do Congo, apresenta baixos índices de escassez ao longo do ano (MEKONNEN; HOEKSTRA, 2016). As regiões de latitude 5° a 15° N, as quais formam a grosso modo uma faixa no mapa, contam com baixos índices de escassez hídrica durante os meses de “maio ou junho a janeiro mas escassez moderada à severa de fevereiro a abril”⁵¹ (MEKONNEN; HOEKSTRA, 2016, p 1, tradução nossa). Há ainda regiões que contam com escassez moderada à severa por períodos maiores que 6 meses, as quais incluem a região Norte da África, Somália e África do Sul. Enquanto isso, localidades com severos índices de escassez ocorrem em regiões de intensa densidade populacional e/ou em locais de extenso emprego de irrigação, como o delta do Nilo (MEKONNEN; HOEKSTRA, 2016). Ou ainda em regiões com baixa disponibilidade natural de água, isto é, em regiões áridas como o deserto do Saara. Outra situação apontada pelos autores é a natureza anticíclica entre consumo e demanda, a

⁴⁸ No original: “The increasing world population, improving living standards, changing consumption patterns, and expansion of irrigated agriculture are the main driving forces for the rising global demand for water (2, 3).”

⁴⁹ No original: “[...] hide the variability within the year and underestimate the extent of water scarcity (12–15). The usually large intra-annual variations of both consumption and availability of blue water (fresh surface water and groundwater) lead to a large variation of water scarcity within the year”

⁵⁰ Classificação de Mekonnen e Hoekstra para níveis de escassez: “Monthly blue water scarcity (WS) is classified as low if the blue water footprint does not exceed blue water availability ($WS < 1.0$); in this case, environmental flow requirements are met. Monthly blue water scarcity is said to be moderate if it is in the range $1.0 < WS < 1.5$, significant if it is in the range $1.5 < WS < 2.0$, and severe if $WS > 2.0$ ”. “Blue water footprint refers to “blue water consumption” or “net water withdrawal” [...]” (MEKONNEN; HOEKSTRA, 2016, p.1)

⁵¹ No original: “from May or June to January but moderate to severe water scarcity from February to April.”

qual pode ser encontrada na bacia do Limpopo, na África do Sul, onde a maior disponibilidade de água coincide com um período de consumo menor e vice-versa, resultando também em períodos de escassez (MEKONNEN; HOEKSTRA, 2016).

Escassez esta que resulta em “fluxos reduzidos de rios, majoritariamente durante os períodos de seca, e níveis declinantes de água em lagos e aquíferos”⁵² (MEKONNEN; HOEKSTRA, 2016) Como exemplo da redução de corpos d’água devido ao elevado consumo frente a demanda é o desaparecimento de grande parte do Lago Chade, o qual apresentou redução em sua superfície de 25.000 km² para 1.350 km², durante as décadas de 1960 a 2000 (UNEP, 2008; UNECA; AU; AFDB, 2000).

A escassez hídrica por esgotamento físico ou qualitativo dos recursos e degradação ambiental são fenômenos extremamente próximos um do outro, os quais comumente incidem simultaneamente e se retroalimentam.

3.4 DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

A degradação ambiental, por sua vez, pode acontecer por quatro principais motivos: o esgotamento de recursos não renováveis, como recursos subterrâneos, o esgotamento de recursos cíclicos renováveis, como a água, utilização do solo, de modo intensivo e insustentável, e o lançamento de resíduos na natureza, como resíduos industriais, agrícolas e esgoto não tratado (NANA-SINKAM, 1995; UNECA, AU, AFDB, 2000). Segundo Suhrke (1993, p. 3, tradução nossa) as “formas [mais] comuns de degradação ambiental incluem desertificação, degradação do solo, elevação do nível do mar induzida pelo aquecimento global e o desmatamento [...]”⁵³. Esses fenômenos trazem consequências graves para o meio ambiente em si e também para a vida humana em todo o planeta, conseqüentemente. Entretanto, pode-se destacar uma maior vulnerabilidade do continente africano, uma vez que, apesar dos elevados índices de urbanização, a população ainda vive predominantemente em áreas rurais e conta com a agricultura como principal fonte de crescimento econômico e renda⁵⁴ (UNEP, 2010).

As condições climáticas e a alocação de recursos naturais não determinam ou condicionam irremediavelmente o nível de desenvolvimento econômico alcançado por uma

⁵² No original: “decreased river flows, mostly during the dry period, and declining lake water and groundwater levels.”

⁵³ No original: “Common forms of environmental degradation include desertification, land degradation, rising sea levels induced by global warming, and deforestation [...]”

⁵⁴ A estimativa é de que 60% da população resida em áreas rurais (UNDESA, 2014; UNEP, 2010), sendo a agricultura a principal fonte de renda e/ou meio de subsistência para 90% da população rural (UNEP, 2010).

região. Eles, porém, apontam desafios a serem estudados e superados. Nesse aspecto, a vontade política é um dos diversos elementos essenciais para alterar a realidade. Dessa maneira, buscou-se analisar no próximo capítulo a organização African Ministers' Council on Water, a qual representa a consolidação de uma vontade política em enfrentar as adversidades referentes ao setor hídrico do continente africano.

4. O AFRICAN MINISTERS' COUNCIL ON WATER (AMCOW): ANTECEDENTES, ESTRUTURA E OBJETIVOS

No contexto do cenário descrito no capítulo anterior, ao African Ministers' Council on Water (AMCOW) foi atribuída como tarefa “promover a cooperação, a segurança, o desenvolvimento social e econômico e a erradicação da pobreza entre os estados membros através do gerenciamento eficaz dos recursos hídricos da África”⁵⁵ (AMCOW, 2016g, tradução nossa). Para o cumprimento de tais propósitos, a atuação do AMCOW deve proporcionar a liderança política, o direcionamento de políticas e o apoio necessários “no fornecimento, uso e gerenciamento dos recursos hídricos para o desenvolvimento sócio-econômico sustentável [...]”⁵⁶ (AMCOW, 2016c, tradução nossa).

Com essa diretriz, considera-se que o AMCOW, criado formalmente em 2002, através da Declaração Ministerial de Abuja, representou “a culminância de um longo processo para forjar e formalizar uma estrutura de coordenação para o diálogo sobre políticas e políticas hídricas na África”⁵⁷ (AMCOW, 2016^a, tradução nossa).

4.1 ANTECEDENTES

Faz-se necessário, em primeiro lugar, entender os acontecimentos mais próximos que motivaram e influenciaram decisivamente o processo de criação do AMCOW.

4.1.1 United Nations System-wide Initiative on Africa (UNSI)

O longo processo mencionado anteriormente tem como um importante marco o ano de 1996, no qual o Secretário Geral Boutros-Ghali, juntamente com todas as agências e organizações pertencentes ao sistema da Organização das Nações Unidas (ONU) lançou a iniciativa United Nations System-wide Special Initiative on Africa (Iniciativa Especial do Sistema das Nações Unidas sobre a África/UNSI)⁵⁸ (UNECA, 1996; AFRICA RENEWAL,

⁵⁵ No original: “To promote cooperation, security, social and economic development, and poverty eradication among member states through the effective management of Africa’s water resources”

⁵⁶ No original: “[...] the provision, use and management of water resources for sustainable social and economic development [...]”

⁵⁷ No original: “Thus the Abuja Declaration was the culmination of a long process to forge and formalize a coordination structure for water policy dialogue and policy in Africa.”

⁵⁸ Faziam parte da UNSI: Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (IFAD), Organização Internacional do Trabalho (OIT), Fundo Monetário Internacional (FMI), União Internacional das Telecomunicações (UIT), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas (UNDESA), Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para as Mulheres (UNIFEM), Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento

1998). Essa iniciativa, descrita como a “mais significativa mobilização de apoio para o desenvolvimento africano e a maior ação coordenada do sistema das Nações Unidas”⁵⁹ (UNECA, 1996, tradução nossa), constituía um programa de dez anos de duração com a finalidade de acelerar o desenvolvimento do continente em áreas prioritárias, as quais foram anteriormente identificadas pelos países da região (AFRICA RENEWAL, 1998). A UNSIA foi estruturada em cinco segmentos principais de ação, os quais abrangiam as áreas de Educação, Saúde, Governança, Tecnologia da Informação e População e Gênero. Dentre as outras prioridades também incluídas na iniciativa UNSIA estavam questões transversais como o acesso ao comércio, a cooperação Sul-Sul, a segurança alimentar, a redução da pobreza e o desenvolvimento dos recursos hídricos, entre outros (AFRICA RENEWAL, 1998).

Neste contexto, em 1998, e a partir das recomendações feitas por agências da ONU, decidiu-se que o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) lideraria os esforços do Grupo de Trabalho sobre Água do UNSIA. Como responsabilidade principal o PNUMA, juntamente com o Banco Mundial e a Organização Meteorológica Mundial, foi incumbido de “explorar a possibilidade da organização de um fórum ministerial regional sobre água”⁶⁰ (AMCOW, 2016a, tradução nossa). A justificativa de uma iniciativa desse tipo parece evidente, considerando a intensidade dos problemas hídricos que afetam o continente africano, conforme apresentado no capítulo anterior

Com o cumprimento desse objetivo em mente, o Grupo de Trabalho sobre Água realizou diversas consultas informais com alguns ministros responsáveis pelo setor no continente africano, sendo a primeira realizada em outubro de 2001, no Quênia.

A partir de então, iniciou-se um extenso e intenso diálogo sobre a implantação de um fórum composto por ministros do setor hídrico na África (AMCOW, 2016a). Nesta primeira rodada de consultas foi diagnosticada a necessidade de criar um mecanismo intergovernamental de diálogo sobre políticas capaz de tratar dos “desafios sobre o gerenciamento de recursos hídricos na África”⁶¹ (AMCOW, 2007, p. 9, tradução nossa). Os ministros consultados na ocasião atingiram o consenso sobre a necessidade de

(PNUD), Comissão Econômica para a África (UNECA), Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), Programa para o Meio Ambiente (PNUMA), Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), Alto Comissariado das Nações Unidas Para os Refugiados (ACNUR), Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO), Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), União Postal Universal (UPU), Banco Mundial, Programa Mundial de Alimentos (PMA), Organização Mundial da Saúde (OMS), Organização Meteorológica Mundial (OMM) e a Organização Mundial do Comércio (OMC)

⁵⁹ No original: “United Nations system’s most significant mobilization of support for African development and its largest coordinated action”

⁶⁰ No original: “[...] explore the feasibility of organizing a regional ministerial forum on water in Africa”

⁶¹ No original: “[...] challenges of water resources management in Africa.”

institucionalização desse mecanismo e da expansão da participação para todos os países do continente, assim como da realização regular de consultas e reuniões (AMCOW, 2007).

Rapidamente, seguiu-se a realização de uma segunda e terceira rodadas de consultas, ocorridas respectivamente em novembro e dezembro de 2001. O ritmo acelerado com que foram realizadas as consultas pode ser explicado pela aproximação da realização do World Summit on Sustainable Development (Encontro Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável/WSSD), o qual aconteceria em Johannesburg em 2002. De acordo com a publicação *Handbook for Decision Makers* (AMCOW, 2007), este evento possuía um caráter extremamente simbólico para o continente, uma vez que ao hospedá-lo todos os olhares se voltariam à África e aos seus problemas de desenvolvimento com uma intensidade jamais atingida anteriormente. Logo, ainda segundo o AMCOW (2007, p. 11, tradução nossa),

Foi esse espírito de Johannesburg que contribui grandemente para construir a vontade política entre os Ministros Africanos responsáveis pelos recursos hídricos para realizar todos os esforços a fim de forjar o consenso sobre a construção de um mecanismo efetivo na coordenação de políticas e estratégias hídricas na região.⁶²

Portanto, sob forte influência do iminente Encontro Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, na terceira rodada de consultas, realizada durante a Conferência Internacional sobre Água Doce em Bonn, os ministros de 23 países africanos presentes no evento decidiram que

A fim de incentivar o diálogo intergovernamental sistemático sobre a crise hídrica e sanitária confrontando nossa região e igualmente importante, em resposta aos desafios relacionados ao NEPAD, nós resolvemos institucionalizar o diálogo sobre políticas hídricas em nível ministerial. Para tal fim, nós estabeleceremos uma Conferência Ministerial Africana sobre Água. Realizaremos a reunião inaugural dos cinquenta e três ministros africanos responsáveis pelo setor hídrico em março/abril de 2002⁶³ (DECLARAÇÃO, 2001).

O anúncio da Conferência Ministerial Africana sobre Água foi recebido positivamente, uma vez que segundo a perspectiva dos ministros, tal reunião permitiria à região “facilitar o desenvolvimento de perspectivas e posições comuns nos itens da agenda de grandes conferências internacionais”⁶⁴ (DECLARAÇÃO, 2001, tradução nossa). Extrai-se que essa coordenação proveniente do desenvolvimento de pontos de vista comuns seria

⁶² No original: “It was this spirit of Johannesburg that largely contributed to building the political will among African Ministers concerned with water to make every effort to forge a consensus on constructing an effective mechanism for coordinating water policy and strategies in the region”.

⁶³ No original: “In order to encourage systematic intergovernmental dialogue in the water and sanitation crisis facing our region and, equally important, in response to the challenges relating to the NEPAD, we have resolved to institutionalise ministerial level policy dialogue on water issues. To this end, we shall establish an African Ministerial Conference on Water. We shall convene the inaugural meeting of the fifty-three African Ministers in charge of water in March/April 2002.”

⁶⁴ No original: “[...] such a ministerial forum will enable our region to facilitate the development of common perspectives and positions on the agenda items of major international conferences.”

significativamente benéfica aos envolvidos, justificando então os esforços políticos investidos na criação de tal conferência.

4.1.2 *Africa Water Vision For 2025*

Com a chegada do ano 2000 e a conseqüente e simbólica transição para um novo milênio, diversas organizações se reuniram sob a orientação de diferentes temas para fazer um balanço da situação e projetar intenções para o futuro⁶⁵. Em um destes eventos, importantes organizações presentes no cenário africano, lideradas pela União Africana, o African Development Bank (AfDB) e a Comissão Econômica para África (UNECA) se reuniram sob a perspectiva do desenvolvimento sustentável, lançando posteriormente o documento *Africa Water Vision for 2025: Equitable and Sustainable Use of Water for Socioeconomic Development*.

Este documento, publicado no ano 2000, destacou-se por influenciar a mentalidade do continente na abordagem da questão hídrica e continua a servir de diretriz para a atuação do AMCOW na atualidade (AMCOW, 2016d)⁶⁶.

Esta publicação cumpriu o importante papel de explicitar a significativa conexão entre um bom gerenciamento dos recursos hídricos e a “sobrevivência e crescimento econômicos”⁶⁷ (UNECA; AU; AFDB, 2000, tradução nossa). Além disso, o *Africa Water Vision* aponta os principais desafios e ameaças a serem enfrentados pelo setor hídrico e a necessidade de implementar “medidas corretivas” a fim de reverter tendências preocupantes como a pobreza e o subdesenvolvimento (UNECA; AU; AFDB, 2000).

Neste sentido, o *Africa Water Vision* foi

[...] planejado para evitar as conseqüências desastrosas dessas ameaças e guiar para um futuro onde o pleno potencial dos recursos hídricos da África pode ser prontamente liberado para estimular o crescimento do desenvolvimento econômico e o bem-estar social da região. ⁶⁸ (UNECA; AU; AFDB, 2000, p. 1, tradução nossa).

⁶⁵ Outro exemplo, além do *Africa Water Vision 2025*, foi a realização do *Millenium Summit* (Encontro do Milênio) pela Organização das Nações Unidas (ONU) no ano 2000, resultando na elaboração dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

⁶⁶ O AMCOW estabeleceu como a *Visão* da organização: “To promote cooperation, security, social and economic development, and poverty eradication among member states through the effective management of Africa’s water resources and provision of water supply services in a bid to realize the 2025 Africa Water Vision.”

⁶⁷ No original: “[...] if properly managed, it can be an instrument for economic survival and growth”.

⁶⁸ No original: “[...] designed to avoid the disastrous consequences of these threats and lead to a future where the full potential of Africa’s water resources can be readily unleashed to stimulate and sustain growth in the region’s economic development and social well-being.”

Para responder as ameaças à sustentabilidade dos recursos hídricos continentais, o documento clama pela adoção de uma nova visão sobre a água e desenvolve um quadro de ações para o cumprimento da mesma (UNECA; AU; AFDB, 2000). Os principais eixos de ação para a implementação desta Visão são: “o fortalecimento da governança dos recursos hídricos; o aprimoramento da sabedoria hídrica; o fortalecimento da base de financiamento do setor; e a solução de necessidades hídricas urgentes”⁶⁹ (UNECA; AU; AFDB, 2000, tradução nossa).

4.1.3 New Partnership for African Development (NEPAD)

Outro importante elemento, que influenciou fortemente a criação do AMCOW, como mencionado na Declaração Ministerial de Abuja e argumentado por Salmam (2002), foi a criação do NEPAD (New Partnership for African Development, em português Nova Parceria para o Desenvolvimento da África). Essa iniciativa, lançada em 2001 pela União Africana (UA), consiste em

[..] um compromisso assumido pelos Líderes Africanos, baseado em uma visão comum e uma convicção compartilhada, que eles têm um dever urgente de erradicar a pobreza e colocar seus países, individual e coletivamente, no caminho do desenvolvimento sustentável⁷⁰ (NEPAD; AU, 2001, tradução nossa).

Contam-se como principais objetivos, além da promoção do crescimento econômico e do desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza extrema, também o fim da marginalização da África no processo de globalização (AFDB, 2016).

Para lidar com as prioridades estabelecidas pelo NEPAD, os trabalhos foram divididos em quatro setores: Governança dos Recursos Naturais e Segurança Alimentar, Integração Regional, Infraestrutura e Comércio, Industrialização, Ciência, Tecnologia e Inovação e Habilidades e Empregos para a Juventude (NEPAD, 2016). E, em matéria de recursos hídricos, as diretrizes do programa de Água e Saneamento do NEPAD adotam como principais objetivos: garantir o acesso sustentável ao fornecimento seguro e adequado de água limpa; planejar e gerenciar os recursos hídricos a fim de torna-los uma base para a cooperação e desenvolvimento nacional e regional; e, cooperar sobre rios compartilhados entre Estados membro, entre outros (NEPAD; AU, 2001; SALMAN, 2002).

⁶⁹ No original: “The framework for achieving this vision calls for: Strengthening governance of water resources; Improving water wisdom; Meeting urgent water needs; Strengthening the financial base for the desired water future.”

⁷⁰ No original: “[NEPAD] is a pledge by African Leaders, based on a common vision and a shared conviction, that they have a pressing duty to eradicate poverty and to place their countries, both individually and collectively, on a path of sustainable development.”

O NEPAD, segundo Salman (2002) não apenas concedeu o impulso para a Declaração Ministerial de Abuja, mas também suas diretrizes de ação para o setor hídrico foram incorporadas pelo Conselho de Ministros. Tais diretrizes foram adotadas como instrumentos de resposta aos problemas mais urgentes do cenário hídrico africano, tendo como base a centralidade da questão hídrica para a sobrevivência humana, assim como para o desenvolvimento das mais diversas atividades econômicas (UNECA; AU; AfDB, 2000; WRI, 2015). Desse modo o AMCOW, através do seu documento constitutivo, “expressa a sua determinação em promover os objetivos dos componentes do NEPAD relacionados à água”⁷¹ (DECLARAÇÃO, 2002; SALMAN, 2002, p. 5, tradução nossa).

4.2 REUNIÃO MINISTERIAL DE ABUJA

De acordo com o que fora anunciado pelos ministros presentes na Conferência Internacional sobre Água Doce no ano anterior, foi realizada em 29 e 30 de abril de 2002, na capital nigeriana de Abuja, a Reunião Ministerial inaugural da African Ministerial Conference on Water, (Conferência Ministerial Africana sobre Água)⁷². Durante esse encontro, os ministros africanos responsáveis pelo setor hídrico de 41 dos, então, 53 países que compõe o continente africano assinaram a Declaração Ministerial de Abuja sobre Água: uma Chave para o Desenvolvimento Sustentável na África (TAAL, 2014).

Dentre as principais considerações contidas na Declaração de Abuja, os ministros enfatizaram a centralidade da questão hídrica para a sobrevivência e o desenvolvimento socioeconômico, explicitando, assim como o NEPAD, o acesso adequado a água como o principal desafio regional (DECLARAÇÃO, 2002; NEPAD; AU, 2001). Ressaltaram, também, a deterioração do cenário hídrico africano, atingindo um estado de crise, não apenas pela falta de acesso adequado, mas também pelo uso não sustentável desses recursos e pela errônea noção da disponibilidade eterna de água em quantidade e qualidade suficientes. Os ministros expressaram, também, a motivação de fortalecer os acordos institucionais do setor e a necessidade de mais estímulo à cooperação entre países que compartilham recursos hídricos entre si, ou seja, que possuem recursos hídricos transfronteiriços (DECLARAÇÃO, 2002). Além de lançar oficialmente a Conferência Ministerial, a Declaração de Abuja, delimitou os objetivos atribuídos à organização, assim como

⁷¹ No original: “[...] expresses its resolve to promote the goals of the water related componentes of NEPAD”.

⁷² Inicialmente idealizado como uma Conferência, o AMCOW passou a contar com o status legal de Conselho no ano de 2004, sendo então renomeado para African Ministers’ Council on Water (AMCOW, 2007, p. 12).

[...] esboçou o combinado sobre os arranjos institucionais do AMCOW para prover liderança política e direção estratégica para esforços regionais no campo da água, as funções do Conselho, os princípios para o fornecimento de apoio a iniciativas, os arranjos sobre a governança geral, e o estabelecimento de um fundo ⁷³ (AMCOW, 2007, tradução nossa)

Dentre os elementos contidos na Declaração de Abuja, destacam-se estrutura institucional, os objetivos atribuídos à organização – responsáveis por delimitar e conduzir a atuação da mesma –, assim como o comprometimento do AMCOW em apoiar medidas e iniciativas complementares aos seus propósitos como organização.

4.3 ESTRUTURA INSTITUCIONAL

O processo de definição dos arranjos institucionais, iniciado pela Declaração de Abuja, e delegado à um *Steering Committee* (Comitê de Direção), culminou na composição organizacional atual do African Ministers' Council on Water, sendo ele composto de órgãos políticos e técnicos, divididos em: Conselho Governante (*Governing Council*), Comitê Executivo (*Executive Committee*), Comitê Técnico Consultivo (*Technical Advisory Committee - TAC*) e Secretariado (*Secretariat*).

O Conselho Governante constitui-se no principal organismo intergovernamental do Conselho de Ministros, sendo composto por todos os 54 países do continente. Esses são representados por seus ministros responsáveis pelo setor hídrico, os quais se reúnem anualmente para deliberação (NEWTON, 2016). Dentre as funções atribuídas ao Conselho Governante estão a revisão constante do estado dos recursos hídricos do continente, a promoção de ações de interesse comum, a facilitação da cooperação em todos os seus níveis através da coordenação de políticas setoriais e ações entre os países africanos, o encorajamento de boas práticas nas áreas de reformas políticas, gerenciamento integrado de recursos hídricos, segurança alimentar, fornecimento de água e saneamento, assim como proporcionar um fórum de diálogo com agências da ONU e outros parceiros (AMCOW, 2016b; NIENABER, 2013).

O Comitê Executivo é formado pelo Presidente do Conselho, assim como por um vice-presidente e dois ministros eleitos para representar cada uma das cinco sub-regiões africanas, assegurando assim certo grau de representatividade na formação do Comitê. Eles têm como

⁷³ No original: “The Declaration also outlined agreements on AMCOW’s institutional arrangements to provide political leadership and strategic direction to region-wide efforts in the field of water, the functions of the Council, principles for providing support to initiatives, general governance arrangements, and the establishment of a trust fund.

funções administrativas: deliberar sobre decisões e recomendações elaboradas pelo Conselho Técnico Consultivo e encaminha-las ao Conselho Governante; assegurar que as decisões do Conselho sejam implementadas; sancionar/endossar programas e orçamentos para a aprovação do Conselho; decidir sobre os preparativos necessários para as sessões do Conselho e sobre as direções estratégicas dos órgãos constituintes do AMCOW (AMCOW, 2016b).

O Comitê Técnico Consultivo é constituído por um grupo de 25 especialistas, cujas posições são divididas igualmente entre as 5 sub-regiões africanas, responsáveis por escolher seus representantes. O Comitê Técnico é responsável por proporcionar suporte técnico para a formulação de políticas e estratégias e coordenação com outras instituições e parceiros, assim como por proporcionar o acompanhamento operacional de matérias e decisões do Conselho (AMCOW, 2016b).

Por fim, o Secretariado é responsável pela administração e funcionamento diários da organização, colocando em operação as decisões do Conselho, preparando programas e orçamentos para a avaliação do Comitê Executivo e concedendo suporte administrativo para as sessões do Conselho e demais reuniões (AMCOW, 2016b; NIENABER, 2013). Dentre as funções administrativas do Secretariado está, também, o recebimento de contribuições periódicas dos países membros da organização, que possibilitam o pleno funcionamento da estrutura institucional do AMCOW⁷⁴ (AMCOW, 2013).

Esta estrutura central é complementada pela existência de Comitês Sub-regionais, os quais, como mencionado anteriormente possuem um vice-presidente, ministros, técnicos e ainda um secretariado próprio. Os Comitês Sub-regionais têm como papel conectar as diretrizes do AMCOW com a realidade de suas respectivas regiões. Esta conexão se dá através da apresentação de matérias para a apreciação do Comitê Técnico, a aprovação e coordenação de programas sub-regionais, assim como a apresentação de relatórios ao Comitê Executivo (AMCOW, 2007).

4.4 OBJETIVOS

Dentre os objetivos estabelecidos pelo Conselho de Ministros em sua declaração constitutiva, considera-se como a principal diretriz de ação “fortalecer a cooperação

⁷⁴ Além de receber as contribuições periódicas dos países membros, o Secretariado também se encarrega de cobrar em casos de atraso no pagamento, como ilustrado nas Decisões da 11ª Reunião do Comitê Executivo, no ano de 2013. Neste documento, o Comitê elogia os membros que já realizaram a contribuição e urge aos que ainda não o fizeram a cumprir com esse compromisso, encarregando ao Secretariado enviar lembretes aos países inadimplentes (AMCOW, 2013). Situação similar está registrada nas Decisões do Comitê Executivo de 2011 (AMCOW, 2011).

intergovernamental, a fim de interromper e reverter a crise hídrica e os problemas sanitários na África”⁷⁵ (DECLARAÇÃO, 2002 tradução nossa). Dentre os demais objetivos, os ministros atribuem ao AMCOW a responsabilidade de:

- Monitorar o progresso da implementação de iniciativas;
- Revisar o progresso da implementação de compromissos assumidos internacionalmente;
- Receber e analisar relatórios e informações sobre investimentos financeiros e tecnológicos no setor;
- Considerar informações providas pelos ministros em relação a melhores práticas em reformas políticas a nível nacional;
- Aprimorar e solidificar a cooperação, assim como considerar informações sobre a implementação de acordos sobre recursos hídricos compartilhados;
- E engajar em diálogo e consultas com instituições regionais e globais sobre temas relevantes para o setor hídrico no continente (DECLARAÇÃO, 2002).

Considera-se que o documento constitutivo da organização almeja, e torna-se eficaz nisso, apresentar um retrato do contexto político e das intenções em relação aos quais a instituição foi criada (SEITENFUS, 2012). Faz-se necessário, porém, ir além do mesmo a fim de melhor compreender a evolução e as transformações sofridas pela organização ao longo do tempo. Para isso, é necessário analisar, entre outros fatores, as iniciativas endossadas e as parcerias estabelecidas pelo AMCOW ao procurar responder aos desafios vividos pelo continente em relação aos recursos hídricos e os fenômenos adjacentes que impõe limitações e/ou obstáculos à disponibilidade quantitativa e qualitativa de água.

⁷⁵ No original: “Strengthen intergovernmental co-operation in order to halt and reverse the water crisis and sanitation problems in Africa;”

5. O AFRICAN MINISTERS' COUNCIL ON WATER (AMCOW) EM AÇÃO: INICIATIVAS E PARCERIAS

Tendo em mente a realização dos objetivos atribuídos ao AMCOW, a Declaração de Abuja (2002) também expressa o comprometimento do Ministers' Council em apoiar medidas: que encorajem acordos institucionais mais fortes e eficazes no setor; que fortaleçam o monitoramento e avaliação dos recursos hídricos do continente; que assegurem o desenvolvimento sustentável de infraestrutura para água e saneamento e para a transferência de água à regiões suscetíveis à seca; que promovam políticas para a alocação apropriada de água entre as diversas demandas, como uso doméstico, segurança alimentar, entre outros (DECLARAÇÃO, 2002).

Portanto, como forma de perseguir as finalidades estabelecidas, o AMCOW empenha-se fortemente em apoiar iniciativas em áreas como o saneamento, o financiamento e compartilhamento de conhecimento técnico, a promoção do diálogo, assim como trabalhar em parceria com outras organizações em níveis variados de atuação (continentais, sub-regionais, nacionais e locais). Dentre as principais iniciativas de atuação do AMCOW destacam-se a AfricaSan, a Africa Water Week e o African Water Facility. Com a finalidade de compreender um pouco sobre a atuação do African Ministers' Council on Water, elaborou-se uma breve descrição das iniciativas.

5.1 AFRICASAN

Saneamento e higiene são questões intrinsecamente ligadas à temática dos recursos hídricos e, não menos importante, à saúde humana. Com isso em mente é natural o envolvimento do AMCOW em iniciativas que busquem abordar tais desafios, especialmente em meio ao cenário desafiador do continente nesta área. Apesar de criado em 2002 fora do contexto organizacional do Conselho de Ministros, a *AfricaSan* foi posteriormente adotada pelo AMCOW, a partir da segunda edição do evento, no ano de 2008 (AFRICASAN, 2016d). Essa iniciativa se transformou em uma das principais ações do Conselho de Ministros na perseguição de seus objetivos em questão de saneamento, assim como contribuição nos esforços continentais para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio⁷⁶ (AFRICASAN, 2016c).

⁷⁶ Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio constituem um compromisso assumido por todos os países pertencentes à Organização das Nações Unidas, de tentarem reduzir a pobreza extrema através do alcance de 8 objetivos estabelecidos em diversas frentes de ação (UN, 2016a). São eles: 1. Erradicação da pobreza extrema e da fome; 2. Alcance da educação primária universal; 3. Promoção da igualdade de gênero e empoderamento

A *AfricaSan – African Conference on Sanitation and Hygiene* (Conferência Africana sobre Saneamento e Higiene) – consiste na realização de conferências continentais e regionais, assim como de inúmeras sessões técnicas, que advogam por “melhor argumentar a favor de investimentos em saneamento e higiene; e para aprimorar a performance setorial”⁷⁷ (AFRICASAN, 2016d, tradução nossa). Para isso, esses eventos buscam “facilitar o compartilhamento e a adoção de melhores práticas no desenvolvimento de serviços sanitários, assim como recompensando o sucesso”⁷⁸ (TAAL, 2014, tradução nossa). Este último elemento se refere à Premiação *AMCOW AfricaSan*, realizada pela primeira vez na 2ª edição da *AfricaSan*, como um instrumento de

[...] reconhecimento de esforços e conquistas excepcionais em saneamento e higiene na África que resultem em mudanças sustentáveis de comportamento e impactos tangíveis em larga escala. O objetivo é [...] chamar a atenção para ações bem-sucedidas, promovendo excelência em liderança inovação e melhorias em saneamento e higiene na África⁷⁹ (AFRICASAN, 2016b, tradução nossa)

As conferências *AfricaSan* possuem um importante caráter técnico, além de político, representando um ambiente para a troca de conhecimento, avanço técnico e diálogo político (AFRICASAN, 2016c). Elas são frequentadas por governos, agências multilaterais, bancos de desenvolvimento, organizações da sociedade civil local e internacional, assim como por universidades, grupos de pesquisa, setor privado, entre outros (TAAL, 2014).

Um dos principais resultados da *AfricaSan* foi a elaboração da Declaração Ministerial e o Plano de Ação de eThekweni. Nesta declaração, os ministros presentes concordaram em rapidamente – em um período menor de doze meses após a conferência – “revisar, atualizar e adotar políticas nacionais de higiene e saneamento”; assim como “estabelecer um plano nacional para acelerar o progresso no alcance dos objetivos nacionais de saneamento e dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio até 2015”; eles concordaram também em “estabelecer alocações de orçamento público específicas para programas de saneamento e higiene, incluindo uma alocação desejável de no mínimo 0,5% do Produto Interno Bruto para

feminino; 4. Redução da mortalidade infantil; 5. Melhora da saúde materna; 6. Combate a HIV/AIDS, Malária e outras doenças; 7. Garantia da sustentabilidade ambiental; 8. Desenvolvimento de uma Parceria Global para o Desenvolvimento (UN, 2016b)

⁷⁷ No original: “to better make the case for investment in sanitation and hygiene; and to improve sectoral performance”

⁷⁸ No original: “facilitate the sharing and adoption of best practices in sanitation service development, as well as rewarding success”

⁷⁹ No original: “[...] recognizing outstanding efforts and achievements in sanitation and hygiene in Africa which result in large-scale, sustainable behavior changes and tangible impacts. The aim is to raise the profile of sanitation and hygiene by drawing attention to successful approaches, promoting excellence in leadership, innovation and sanitation and hygiene improvements in Africa.”

saneamento e higiene”⁸⁰ (IISD, 2008, tradução nossa). Os ministros também explicitaram apoio à liderança do AMCOW no acompanhamento da implementação destes objetivos (IISD, 2008).

A conferência mais recente foi realizada em maio de 2015, estando na 4ª edição do evento e sendo sediada e organizada pelo Senegal, com suporte técnico do AMCOW (AFRICASAN, 2016a). Apesar de ainda não terem sido divulgados os dados oficiais do evento, a expectativa era de reunir cerca de 40 ministros de saneamento de países africanos, assim como 1000 participantes pertencentes a diferentes realidades do setor sanitário internacional e continental. Nesta edição, as discussões abordaram não apenas o acesso ao saneamento, mas uma preocupação no aprimoramento de toda a cadeia de valor dessa atividade, especialmente através do compartilhamento de experiências nacionais nessa temática (AFRICASAN, 2016a). Como principal resultado da reunião, foi adotada a Declaração de Ngor, já disponibilizada pela organização. Essa declaração tem o intuito de “incorporar as lições provindas dos compromissos de eThewiki e substituí-los pela *Declaração de Ngor sobre Saneamento e Higiene*”⁸¹ (DECLARAÇÃO, 2015, tradução nossa), incorporando indicadores claros para o monitoramento de progressos obtidos.

5.2 AMIWASH

A Iniciativa dos Ministros Africanos para Água, Saneamento e Higiene (AMIWASH) foi criada em 2004 como resposta do continente à campanha Global WASH⁸² Initiative (AMCOW, 2016; UNICEF, 2005). A iniciativa global, por sua vez, foi lançada em 2001 pelo Water Supply & Sanitation Collaborative Council (Conselho Colaborativo de Fornecimento de Água e Saneamento/WSSCC), organização filiada às Nações Unidas, com o objetivo promover e inserir a problemática do saneamento e higiene na agenda política internacional (AMCOW, 2016; UNICEF, 2005). Com isso, a iniciativa Global WASH buscou um maior comprometimento de líderes políticos e sociais na perseguição de objetivos como os de

⁸⁰ No original: “Ministers agreed to review, update and adopt national sanitation and hygiene policies within 12 months of AfricaSan 2008; establish one national plan for accelerating progress to meet national sanitation goals and the MDGs by 2015; and take the necessary steps to ensure that national sanitation programmes are on track to meet these goals. They also agreed to establish specific public sector budget allocations for sanitation and hygiene programmes, including via an ‘aspirational’ allocation of at least of 0.5% of GDP for sanitation and hygiene. Ministers also agreed to support the leadership of AMCOW to track the implementation of the eThekwini Declaration [...]”

⁸¹ No original: “[...] incorporate the lessons from eThekwini commitments and replace them by “*Ngor Declaration on Sanitation and Hygiene*” [...]”

⁸² As letras WASH são um acrônimo para *Water Sanitation and Hygiene*, ou então, Água, Saneamento e Higiene.

Desenvolvimento do Milênio, priorizando os continentes africano e asiático (WSSCC, 2005). Para tanto, contava-se com a utilização de canais de comunicação e informação, da promoção de higiene em escolas, do treinamento e construção de capacidades locais e do aprimoramento de pesquisas, entre outros meios (AMCOW, 2016). Contava-se também com o apoio do WSSCC através de “orientação estratégica, vinculação a outros parceiros e material de apoio”⁸³ (WSSCC, 2005, tradução nossa).

Neste contexto, o AMIWASH surgiu como um esforço político de liderar a resposta do continente aos desafios pertencentes a esta temática, com o papel de “encorajar e facilitar a colaboração entre países e o estabelecimento de parcerias entre atores setoriais para focalizar a atenção nas prioridades do WASH”⁸⁴ (AMCOW, 2016, tradução nossa). Esta iniciativa reunia ministros de diversos setores – dentre eles, do setor hídrico – para “trabalhar proativamente em conjunto para acelerar o progresso de seus países em direção ao cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)”⁸⁵ (AMCOW, 2016, tradução nossa). Dentre os principais objetivos estabelecidos pelo AMIWASH estavam a concessão de apoio aos países africanos no cumprimento dos ODM, através de construção de coalizões e do desenvolvimento e implementação de políticas setoriais, do fortalecimento da colaboração entre países, com destaque para a colaboração Sul-Sul, assim como consolidar os temas pertencentes ao WASH (de Água, Saneamento e Higiene) na agenda política do AMCOW (AMCOW, 2016).

Atualmente, entretanto, a atuação do AMCOW em relação a saneamento e higiene não contempla a iniciativa AMIWASH no último Plano de Trabalho disponibilizado, assim como a última menção a ela data de 2007 (AMCOW, 2010; IISD, 2007). Porém, a organização continua a perseguir os mesmos objetivos estabelecidos para o AMIWASH ao trabalhar em proximidade com a entidade Sanitation and Water for All (Saneamento e Água para Todos/SWA) e com o *Water and Sanitation Program* (Programa de Água e Saneamento/WSP) do Banco Mundial (AMCOW, 2010). A organização sem fins lucrativos SWA opera no continente africano em parceria com o AMCOW, o qual atua como uma Agência de Apoio Externo, principalmente na construção de quadros de ação e desenvolvimento de políticas (AMCOW, 2010; SWA, 2016). O *Water and Sanitation*

⁸³ No original: "strategic guidance, linkages to other partner and advocacy material."

⁸⁴ No original: "The role of AMIWASH is to encourage and facilitate inter country collaboration and partnerships among sector players to focus attention on WASH priorities."

⁸⁵ No original: "AMIWASH brings together African Ministers from different sectors to work proactively together in accelerating their countries' progress towards meeting the Millennium Development Goals (MDGs) on water supply and sanitation."

Programme - Africa, por sua vez, apoia as ações do AMCOW de promoção do WASH na agenda política continental, especialmente através da iniciativa *AfricaSan* (AMCOW, 2010).

O WSSCC continua a trabalhar em países africanos como o Benin, Senegal, Etiópia, Quênia, Madagascar, Tanzânia, Togo, Uganda, Nigéria e Malawi, através do *Global Sanitation Fund* (Fundo Global de Saneamento), criado em 2007. Assim como, o WSSCC continua a trabalhar em parceria com o AMCOW, contribuindo com a realização do *AfricaSan* (AFRICASAN, 2016e).

Com isso, percebe-se que os princípios que orientaram o AMIWASH foram incorporados a agenda política do AMCOW, que sucedeu a AMIWASH, ainda que não oficial, mas operacionalmente por outras iniciativas mais pontuais, como o *AfricaSan*. Esse fato ilustra a flexibilidade organizacional do AMCOW em adaptar as suas ações e iniciativas ao trabalho em parceria com outras entidades e ao ambiente institucional do setor hídrico, buscando melhor responder às necessidades continentais (AMCOW, 2007).

5.3 AFRICAN WATER JOURNAL

Publicação encabeçada pelo UN-WATER, o *African Water Journal* (AWJ) foi lançado em dezembro de 2003, como resultado da PANAFCON⁸⁶ (*The Pan-African Implementation and Partnership Conference on Water/Conferência Pan Africana de Implementação e Parceria sobre Água*) (IISD, 2007). Conjuntamente ao lançamento desta iniciativa, foi publicada a edição piloto com o intuito de ser “um canal para consolidar e disseminar conhecimento, aprimorar a capacidade de profissionais e facilitar a documentação e compartilhamento das experiências africanas”⁸⁷ (PANAFCON, 2003, tradução nossa). Na edição de lançamento, de 2003, não há menção sobre o AMCOW entre os responsáveis pela gestão do periódico. Entretanto, na edição de 2007, o AMCOW aparece como um dos parceiros editoriais, juntamente com o UN-WATER/AFRICA, o Global Water Partnership e o International Water Management Institute, com o papel de “fornecer orientação política para o setor hídrico na África”⁸⁸ (UN-WATER/AFRICA, 2007, tradução nossa).

⁸⁶ A PANAFCON reuniu 45 ministros do setor hídrico e ambiental, juntamente com mais de 1000 participantes de diversos países. Esta conferência foi organizada pelo AMCOW, conjuntamente com o UN-WATER/AFRICA, o AfDB e UNECA (UNECA, 2003)

⁸⁷ No original: “The African Water Journal was launched to provide an outlet to consolidate and disseminate knowledge, enhance capacity of professionals and practitioners and facilitate the documentation and sharing of African experiences.”

⁸⁸ No original: “The African Minister’s Council on Water, which provides policy guidance to the water sector in Africa”

Durante a realização do presente estudo, foram encontradas apenas duas edições do *African Water Journal*, uma publicada em 2003 e outra em 2007. Nesta última, o coordenador da publicação Stephen Donkor (UN-WATER/AFRICA, 2007) reconhece o longo intervalo desde a primeira edição, porém afirma que o *African Water Journal* estaria se preparando para se tornar uma publicação de frequência semianual. Tudo indica que não houve sucesso nessa iniciativa de diminuir o período entre as publicações do periódico, com uma causa provável sendo a ausência de recursos financeiros suficientes. Um indicativo dessa ausência está na frase “Com o seu apoio e contribuições regulares nos empenharemos em manter a qualidade, regularidade e intencionalidade deste singular periódico [...]”⁸⁹ (UN-WATER, 2007, tradução nossa) na qual Donkor salienta a importância dos assinantes do periódico na manutenção das atividades editoriais.

Tentou-se entrar em contato com a equipe editorial através do e-mail fornecido no próprio periódico, porém as tentativas não obtiveram sucesso. Dentre as iniciativas endossadas pelo AMCOW, esta destaca-se como uma das quais menos se tem informações. Acredita-se que essa iniciativa infelizmente esteja inoperante, ou pior, extinta. Se esse fato for confirmado, lamenta-se a perda de um meio para o compartilhamento de conhecimento e experiências, assim como para a discussão acadêmica e técnica sobre as questões envolvendo os recursos hídricos na África.

5.4 AFRICAN WATER FACILITY

O *African Water Facility* (AWF) é um fundo multilateral que atua no continente africano desde 2006⁹⁰. Anunciado em 2003 durante a PANAFCON e com um fundo-alvo de 600 milhões de dólares (UNECA, 2003), o AWF foi criado pelo African Ministers’ Council on Water em 2004, o qual delegou a sua administração ao African Development Bank (AfDB). Essa iniciativa nasceu da necessidade de “mobilizar e aplicar recursos para o financiamento de infraestrutura e atividades de facilitação de investimento no setor hídrico na África”⁹¹ (AMCOW, 2007, p.18, tradução nossa). Ele tem como papel fornecer capital humano e financeiro, por meio de concessões financeiras e assistência técnica para o

⁸⁹ No original: “With your support and regular contributions we will endeavour to keep the quality, regularity and purposefulness of this unique Journal for Africa by Africans and on Africa”

⁹⁰ O AWF foi anunciado em 2003, durante a PANAFCON e criado em 2004, recebendo fundos em 2005, e tornando-se então operacional no ano de 2006 (AWF, 2016c).

⁹¹ No original: “African Water Facility (AWF) is an initiative led by AMCOW to mobilize and apply resources for the financing of water infrastructure and water investment facilitating activities in Africa.”

planejamento e estruturação de projetos, assim como para a atração de maiores investimentos e implementação de projetos hídricos sustentáveis (AWF, 2016j; AFDB, 2010).

O financiamento de suas operações provém de doações, as quais desde 2006 somaram mais de 151,2 milhões de euros, provindas de mais de 15 entidades diferentes (AWF, 2016a). Dentre os contribuintes desta iniciativa estão: os governos de Argélia, Austrália, Áustria, Burkina Faso, Canadá, Dinamarca, França, Noruega, Reino Unido, Senegal, Espanha, Suécia, o Banco Africano de Desenvolvimento (AfDB), a Comissão Europeia, a Fundação Bill e Melinda Gates e o Fundo Nórdico de Desenvolvimento (AWF, 2016a).

Segundo o AfDB (2010, tradução nossa), os beneficiários alvo são:

Governos centrais/ministérios ou agências; governos locais/municipalidades, organizações não governamentais/organizações da sociedade civil; organizações comunitárias; organizações setoriais, regionais e sub-regionais (ex.: comunidades econômicas regionais); organizações de bacias hidrográficas, governos, organizações não governamentais e parcerias público privadas.

As concessões de recursos financeiros podem variar entre 50 mil e 5 milhões de euros e são concedidas a projetos hídricos que precisam de ajuda técnica ou financeira para a sua implementação, ou então que necessitem de um aprimoramento, a fim de atingir os “[...] critérios de outros parceiros de desenvolvimento e a comunidade de investimento internacional” (AWF, 2016b, tradução nossa)⁹². Entretanto, como mencionado anteriormente, além de subvenções, a iniciativa *African Water Facility* oferece também *expertise* e *know-how*, com o intuito de acompanhar os projetos até a sua conclusão (AWF, 2016b). Para tanto, o fundo trabalha no apoio a três focos estratégicos, tidos como “complementares e sinérgicos” (AWF, 2016j, tradução nossa): a preparação de projetos, o conhecimento hídrico, e a governança hídrica.

A Preparação de Projetos, que representa a maior parte da atuação do AWF, é responsável pela “preparação de projetos bancáveis”, por meio da condução de “planejamento rigoroso e a elaboração de modelagem financeira antes de apresentá-los para a consideração de grandes órgãos investidores como bancos de desenvolvimento e agências governamentais de desenvolvimento” (AWF, 2016b, tradução nossa)⁹³. No contexto do planejamento de projetos, o AWF provê recursos financeiros e técnicos para a condução de “estudos de viabilidade, planos de investimento, e operações estruturadas de parceria privada, pública e

⁹² No original: “or to meet the strict criteria expected by development partners and the global investment community.”

⁹³ No original: “The preparation of bankable projects entails rigorous planning and financial modelling before presentation for consideration by major investment bodies like development banks and government development agencies.”

público-privada”⁹⁴ (AWF, 2016f, tradução nossa). O *African Water Facility* compromete-se também em auxiliar na conexão entre projetos e investidores, através da organização de mesas-redondas (AWF, 2016f).

A preocupação da AWF com a Governança Hídrica também envolve atividades de assistência técnica e financeira orientadas para o desenvolvimento e implementação de políticas e estratégicas hídricas em âmbito nacional, regional e transfronteiriço (AWF, 2016h). Esse foco estratégico tem como objetivo também financiar o desenvolvimento de projetos relacionados à gestão integrada de recursos hídricos (IWRM, ou *Integrated Water Resources Management*), por meio de arranjos transfronteiriços cooperativos, com a finalidade de garantir uma boa, clara e sustentável governança dos recursos hídricos continentais (AWF, 2016h).

Por fim, o Conhecimento Hídrico é outro enfoque estratégico do AWF, o qual provê financiamento para o desenvolvimento e implementação de sistemas de informação para o melhor gerenciamento de recursos hídricos e uma mais efetiva tomada de decisões neste setor. O apoio concentra-se em sistemas de gestão de informações, através de sistemas de monitoramento e avaliação; em geração e disseminação de conhecimento, assim como de melhores práticas implantadas em projetos bem-sucedidos; e, por fim, em coleta de dados, através do aprimoramento da obtenção/coleta e dos dados hidrológicos em si (AWF, 2016i).

O Conselho Governante do *African Water Facility* é presidido por um ministro do AMCOW e composto ainda por mais 13 membros, dos quais 5 são provenientes do African Ministers Council On Water, 5 são representantes dos benfeitores/doadores, e o NEPAD, o UN-WATER e o AfDB contam com um membro cada (AFDB, 2010).

Segundo o próprio AWF (2016d), desde o ano de 2006, a organização endossou 103 projetos (até fevereiro de 2016), os quais estendem-se por todo o continente, como ilustrado pela Figura 5, e produziram um impacto positivo direto a 29 milhões de pessoas (AWF, 2016g).

⁹⁴ No original: “[...] feasibility studies, investment plans, and structured public, private and public-private partnership operations”.

Figura 5 – Projetos amparados pelo African Water Facility



Fonte: AWF, 2016e

Esses projetos abrangeram importantes tópicos, como mitigação de mudanças climáticas, a gestão integrada dos recursos hídricos, gestão dos recursos hídricos transfronteiriços, saneamento e higiene, turismo, proteção ambiental, inovação, proteção contra seca ou enchente, entre outros (AWF, 2016d). Destaca-se que dos 103 projetos citados, 24 contém caráter multinacional, isto é, buscam responder a questões presentes em dois ou mais países ao mesmo tempo. E, ainda, dos 103, 17 projetos envolvem diretamente a questão dos recursos hídricos transfronteiriços, somando mais de 24 milhões de euros⁹⁵ aplicados, conferindo particular importância a este tópico frente aos outros temas (AWF, 2016d).

⁹⁵ Valor obtido através da pesquisa na sessão *Project List*, do próprio site do AWF. Foram encontrados 17 projetos até a data de fevereiro de 2016, os quais envolviam – em ordem do mais recente para o mais antigo, os

Dentre os países com mais projetos endossados estão Benin, Gana e Níger, com 7 cada, seguidos por Burundi, Camarões, Quênia, Mali, Nigéria, República Central Africana e Ruanda, os quais abrigam em seus territórios 6 projetos cada (AWF, 2016d). Como exemplo de alguns dos projetos em andamento inseridos na esfera do *African Water Facility* estão: a) a concessão de 1,28 milhão de euros, aprovada em fevereiro de 2016, para financiar estudos de viabilidade para a construção de uma represa na Suazilândia⁹⁶, b) concessão de 1,2 milhão de euros, aprovada em julho de 2014, para uma empresa privada no Quênia, para a implementação de um projeto envolvendo o fornecimento de serviços de saneamento e a transformação de dejetos sanitários em fertilizantes, biogás e energia;⁹⁷ c) concessão de 1,8 milhão de euros, aprovada em dezembro de 2013, para o governo do Malawi, para auxiliar na preparação de um projeto que visa expandir a agricultura irrigada na região do Baixo Vale do rio Chire⁹⁸(AWF, 2016d).

Segundo o AMCOW (2015), um dos principais entraves ao progresso para a obtenção dos objetivos estabelecidos na *Africa Water Vision* e demais documentos, é a falta de investimentos. Apesar de não ter sido alcançada a meta inicial do fundo de contar com 600 milhões em recursos próprios, o AWF procura suprir essa ausência. Para tanto, um interessante elemento da atuação do AWF é auxiliar na assistência e aprimoramento técnicos dos projetos, tornando-os “bancáveis” e incentivando investimentos seguintes por parte de outras entidades. Por esse mecanismo, “em média, cada €1 contribuído pelo AWF atraiu €40 em investimentos adicionais posteriores”⁹⁹ (AWF, 2016g, tradução nossa).

5.5 AFRICA WATER WEEK

A *Africa Water Week* (Semana Africana da Água/AWW), criada pelo African Ministers’ Council on Water, em parceria com a União Africana (UA), possui como finalidade proporcionar um local para a “discussão e busca coletiva de soluções para os

respectivos valores (em milhões de euros): 1,97; 1,5; 2,1; 2,0; 0,4; 1,7; 4,0; 1,2; 2,0; 1,2; 1,9; 0,89; 0,66; 1,8; 0,49; 0,44; 0,16.

⁹⁶ Mais informações: <http://www.africanwaterfacility.org/en/projects/project/a-dam-in-swaziland-to-cover-water-shortages-571/>

⁹⁷ Mais informações: <http://www.africanwaterfacility.org/en/projects/project/promoting-private-sanitation-venture-to-curb-water-borne-diseases-and-turn-waste-into-energy-and-fertilizer-in-kisumu-kenya-419/>

⁹⁸ Mais informações: <http://www.africanwaterfacility.org/en/projects/project/development-of-irrigated-agriculture-to-increase-food-security-and-economic-growth-in-malawi-270/>

⁹⁹ No original: “On average, each €1 contributed by the AWF has attracted €40 in additional follow-up investments.”

desafios hídricos e sanitários da África” (AWW, 2016c, tradução nossa)¹⁰⁰. Este evento, atualmente em sua 6ª edição, é uma das iniciativas mais difundidas do AMCOW e reúne participantes relevantes do setor hídrico, como “governos, instituições regionais, parceiros internacionais, o setor privado, a comunidade científica, a sociedade civil e a mídia ao redor do mundo e em particular da África”¹⁰¹ (AWW, 2016c, tradução nossa).

A cada edição são escolhidos temas-chave para orientar a condução dos diálogos, os quais são divididos entre sessões plenárias, com apresentação de trabalhos acadêmicos, estudos de caso e painéis de discussão entre especialistas e entre grupos de trabalho paralelos (IISD, 2008). A primeira edição da AWW foi realizada na Tunísia, em março de 2008, e possuía como tema a aceleração da segurança hídrica para o desenvolvimento socioeconômico da África (IISD, 2008). Na ocasião, a 1ª *Africa Water Week* contou com 30 ministros setoriais africanos, dentre um total de 540 participantes e teve como objetivos

[...] proporcionar um fórum para atores-chave do setor hídrico na África discutirem sobre oportunidades e desafios do alcance da segurança hídrica para o desenvolvimento socioeconômico da África, fazer um balanço do status de obtenção dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e de objetivos relacionado à água na África, e fazer recomendação para a consideração dos encontros da União Africana e do G8 em 2008, e em 2009 do 5º Fórum Mundial da Água (WWF-5)¹⁰² (IISD, 2008, tradução nossa, grifo nosso)

A sua segunda edição, realizada em 2009, foi fortemente influenciada pela 11ª Sessão da União Africana de 2008, mencionada anteriormente pela citação do International Institute for Sustainable Development (Instituto Internacional para o Desenvolvimento Sustentável/IISD). Este encontro resultou nos Compromissos de Sharm El-Sheik para a Aceleração da Conquista dos Objetivos Hídricos e Sanitários na África¹⁰³. Com isso, o foco da 2ª edição da *Africa Water Week* foi em medidas para fortalecer iniciativas e parcerias, assim como acelerar as atividades em vigor para a mais rápida obtenção de objetivos setoriais acordados em documentos anteriores (AU, 2008; DWA; AMCOW, 2016)¹⁰⁴. É notável que a partir da Declaração de Sharm El-Sheik consolidou-se a parceria entre AMCOW e União

¹⁰⁰ No original: “meet to discuss and collectively seek solutions to Africa’s water and sanitation challenges.”

¹⁰¹ No original: “[...] rom governments, regional institutions, international partners, the private sector, the scientific community, civil society, and the media from all over the world, and in particular Africa [...]”

¹⁰² No original: “[...] provide a fórum for key actors in Africa’s water sector to discuss the opportunities and challenges of achieving water security for Africa’s socioeconomic development, take stock of the status of the achievement of the Millennium Development Goals (MDGs) and related targets on water in Africa, and make recommendations for consideration by the 2008 African Union (AU) and G8 summits, and the 2009 Fifth World Water Forum (WWF-5).”

¹⁰³ Ou então, *Sharm El-Sheik Commitments for Accelerating the Achievement of Water and Sanitation Goals in Africa*.

¹⁰⁴ Dentre os compromissos mencionados na Declaração de Sharm El-Sheik estão: os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e a Declaração Ministerial de eThekwiní, assim como questões apontadas pela 1ª *Africa Water Week* (AU, 2008).

Africana, esta última conferindo status de Comitê Técnico Especial ao African Ministers' Council (AMCOW, 2016g), ao qual foi conferido não apenas mais responsabilidades, porém igualmente uma maior legitimidade de atuação.

A terceira edição, sediada na capital da Etiópia em 2010, concentrou diversos temas, como o financiamento setorial, a questão entre água e urbanização, o desafio entre água, clima e desenvolvimento, assim como o desenvolvimento institucional e a construção de capacidades (AWW, 2016a). Dentre os resultados da terceira *Africa Water Week* e sob o subtema de água-clima-desenvolvimento, foi adotada a decisão de operacionalizar o Water, Climate and Development Programme, juntamente com o Global Water Partnership (Parceria Global da Água/GWP) (AMCOW, 2016d). Outra importante consequência foi a mudança na periodicidade do evento, que primeiramente idealizada com um evento anual, passou a ser realizado a cada dois anos (AWW, 2016a).

A quarta *Africa Water Week*, realizada em Cairo, Egito, no ano de 2012, apresentou como foco o papel dos recursos hídricos no crescimento e desenvolvimento econômico do continente. Esse evento marcou também a primeira década de existência do African Ministers' Council on Water, servindo como um momento de reflexão e discussão sobre a jornada e atuação da organização (UN-HABITAT, 2016). Por sua vez, a quinta edição da AWW foi realizada no Senegal, no ano de 2014 (AWW, 2016b). Devido à proximidade com o ano de 2015, isto é, com o prazo final para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), a *Africa Water Week* teve como tema principal o debate sobre a agenda para o Desenvolvimento pós-2015 e os (novos) Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (*Sustainable Development Goals*) (AWW, 2016b).

Por fim, a sexta edição ocorrerá no ano de 2016, tendo como preocupação o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos temas de segurança hídrica e saneamento e do *Africa Water Vision for 2025* (AWW, 2016c). As expectativas para a mais recente *Africa Water Week* são de receber mais de 1000 participantes provenientes de 100 países, os quais participarão de mais de 60 sessões, dentre plenárias e técnicas e demais eventos paralelos (AWW, 2016c).

As sessões técnicas têm importância especial por abordar diversos temas-chave com uma maior profundidade, provinda do conhecimento técnico e prático da temática. Dentre os principais organizadores e participantes das sessões técnicas estão o AfDB, o GWP, programas e agências da ONU como o PNUMA, PNUD, UNECA (representado pelo African Climate Policy Centre), UNESCO, UN-HABITAT, o Banco Mundial, o US Agency for International Development (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento

Internacional/USAID) e organizações como African Water Association (Associação Africana da Água), Sustainable Water and Sanitation in Africa (Água e Saneamento Sustentáveis na África), African Civil Society Network on Water and Sanitation (Rede da Sociedade Civil Africana sobre Água e Saneamento), WaterAid, *European Water Initiative* (Iniciativa Hídrica Europeia), o *African Water Facility* (AWF), entre outros (DWA; AMCOW, 2016; AWW, 2016a; AWW, 2016b). Essa diversidade de organizadores e palestrantes nas sessões técnicas, assim como a participação de governos, da academia, do setor privado e da sociedade civil enriquecem e contribuem ao debate, sendo estes diferentes pontos de vista essenciais para um olhar mais holístico da problemática dos recursos hídricos.

5.6 AFRICA GROUNDWATER COMMISSION

Outro importante tema inserido no universo dos recursos hídricos são os aquíferos. Compostos por “camadas de rochas, areia ou cascalho que podem absorvem água e permitir que ela flua” (EEA, 2016, tradução nossa), os aquíferos são reservatórios de água subterrânea (*groundwater*), os quais podem ser perfurados e terem a sua água retirada (EEA, 2016).

Assim como os recursos hídricos superficiais, os aquíferos não estão contidos às delimitações territoriais provindas da organização social humana. Esse fato resulta na existência de aquíferos transfronteiriços, os quais apenas no continente africano chegam a somar 41 (GAYE; TINDIMUGAYA, 2012). Em algumas regiões, são uma das fontes de água mais utilizadas, especialmente para o consumo humano, pecuária e irrigação em pequena escala. Assumem assim um papel significativo no enfrentamento à escassez hídrica, que segundo Gaye e Tindimungaya (2012) é uma condição natural de 30 dos, então, 53 países africanos.

Somando-se aos elementos mencionados a importância da água subterrânea no ciclo hidrológico, e a sua resposta relativamente mais lenta às mudanças climáticas, faz-se essencial a efetiva preservação, monitoramento e gestão destes recursos. Tendo isso em mente, um dos principais resultados da 1ª *Africa Water Week* foi a decisão de lançar a iniciativa *Africa Groundwater Commission* (AGWC) (IISD, 2008). Com a implementação dela em mente, foi lançado um “Roteiro Indicativo”, elaborado em conjunto pelo AMCOW, PNUMA, UN-HABITAT, UNESCO e a University of the Western Cape (Universidade de Cabo Ocidental), o qual delimita os contornos desta iniciativa. Segundo esse documento, a atuação do *Africa Groundwater Commission* deve se guiar por três frentes: Conscientização, Capacidade e Conhecimento (respectivamente, *Awareness, Capacity e Knowledge*) (AMCOW *et al.*, 2008).

Isto é, conscientização sobre aspectos ecológicos da água subterrânea, assim como o “a sua vulnerabilidade ao impacto humano e abordagens para a sua utilização sustentável”¹⁰⁵; o desenvolvimento de capacidade apropriada, “incluindo políticas e legislação, e recursos institucional e humanos para planejar e implementar a utilização sustentável da água subterrânea”¹⁰⁶; e a evolução do conhecimento sobre esse recurso, através de bases de conhecimento, redes de monitoramento, sistemas de informação e conhecimento de melhores práticas, a fim de otimizar a utilização da água subterrânea a partir de uma gestão integrada de recursos hídricos (AMCOW *et al.*, 2008, tradução nossa).

A atuação do AGWC deverá ser concentrada “em nível das Comissões Econômicas Regionais (RECs), e por fim nas Organizações de Bacias de Rios e Lagos (R/LBOs), assim como em governos locais, sociedade civil e no setor privado”¹⁰⁷ (AMCOW *et al.*, 2008, p. 5, tradução nossa).

De acordo com informações da página virtual do AMCOW, o mais recente estágio de desenvolvimento do *Africa Groundwater Commission* (AGWC) foi a realização de uma Consulta sobre o desenvolvimento da estrutura legal para a operacionalização do AGWC, com o prazo de término em agosto de 2015 (AMCOW, 2016c).

5.7 WATER, CLIMATE AND DEVELOPMENT PROGRAMME

Em uma reunião extraordinária do AMCOW, simultânea a realização da terceira *Africa Water Week*, em 2010, e sob o subtema da água-clima-desenvolvimento, foi adotada a decisão de recomendar ao GWP e demais parceiros a operacionalização do *Water, Climate and Development Programme* (Programa sobre Água, Clima e Desenvolvimento/WACDEP) (AMCOW, 2016d).

Com isso, durante a Semana Mundial da Água em Estocolmo, no ano de 2011, foi oficialmente lançado o WACDEP (GWP, 2016c). Ele contou com os objetivos de

[...] integrar a segurança hídrica e resiliência climática nos processos de planejamento do desenvolvimento, construir resiliência climática e apoiar países na

¹⁰⁵ No original: “its vulnerability to human impact and approaches to its sustainable utilization by key stakeholders at all levels.”

¹⁰⁶ No original: “including policy and legislation, and institutional and human resources, to plan and implement sustainable groundwater utilization at all levels.”

¹⁰⁷ No original: “performance should be at the level of the Regional Economic Communities (RECs), and ultimately River and Lake Basin Organizations (R/LBOs), as well as local government, civil society and the private sector.”

adaptação ao novo regime climático através de investimentos em segurança hídrica¹⁰⁸ (GWP, 2016c, tradução nossa)

Desenvolvido para durar 5 anos, de 2011 a 2016, o WACDEP envolve oito países (Burkina Faso, Burundi, Camarões, Gana, Moçambique, Ruanda, Tunísia e Zimbábue) e cinco bacias hidrográficas (bacias dos rios Kagera, Limpopo e Volta, lago Chade e sistema aquífero do Nordeste do Saara) (GWP, 2016e, 2016f). Esse programa conta com um orçamento total de 12,7 milhões de euros, obtidos através de doações advindas principalmente do Austrian Development Agency (Agência de Desenvolvimento Austríaca), do UK Department for International Development (Departamento do Reino Unido para o Desenvolvimento Internacional) e do Ministérios de Relações Exteriores da Dinamarca. Dentre outros contribuintes para o fundo, estão os governos da Alemanha, França, Países Baixos, Espanha, Suécia, Suíça e também da Comissão Europeia, os quais são os principais financiadores do Global Water Partnership (GWP, 2016a). Outras importantes instituições parceiras são o PNUD, o African Climate Policy Center (Centro de Políticas Climáticas Africano) e o Climate Development Knowledge Network (Rede de Clima e Conhecimento sobre Desenvolvimento), as quais conferem assistência operacional ao WACDEP (GWP, 2012).

Com a visão de promover a água como importante parte do desenvolvimento sustentável regional e nacional, o programa se estrutura em 4 componentes: Investimentos em desenvolvimento nacional e regional, com foco em cooperação regional e transfronteiriça, assim como na preparação de projetos setoriais; Soluções verdes inovadoras, com projetos de demonstração; Desenvolvimento de conhecimento e capacidade; e Parceria e sustentabilidade, focado na governança setorial e na captação de recursos (GWP, 2016b).

Esses quatro componentes servem como diretrizes para a implementação dessa iniciativa, a qual se adapta de acordo com a realidade de cada país e bacia hidrográfica. Dentre as diferentes atividades estão o apoio para a implementação dos Programas de Ação Nacionais de Adaptação às mudanças climáticas já desenvolvidos por diversos países, assim como o aprimoramento de capacidade das instituições existentes, além de planos para desenvolver e melhorar atividades de irrigação e de transição para energias renováveis, e atividades envolvendo a gestão integrada de recursos hídricos (GWP, 2016e). Essas ações são desempenhadas em estreita proximidade com os governos nacionais e com os órgãos

¹⁰⁸ No original: “[...] to integrate water security and climate resilience in development planning processes, build climate resilience, and support countries to adapt to a new climate regime through increased investments in water security.”

responsáveis pelas bacias hidrográficas, em níveis nacional e regional, respectivamente (GWP, 2012).

De acordo com o GWP (2016b, tradução nossa), o WACDEP tem como objetivo “fortalecer os vínculos global-regional-nacional”¹⁰⁹, através do compartilhamento e da complementação dos conhecimentos e experiências obtidos em cada um desses níveis entre si. Através da implementação do WACDEP, o GWP planeja “melhorar a capacidade de planejamento e gestão onde água e adaptação a mudanças climáticas estão envolvidas”¹¹⁰ (GWP, 2016d, tradução nossa). Como contribuição da resiliência climática e, conseqüentemente dessa iniciativa, a longo prazo, o GWP afirma

[...] contribuir para construção da paz e prevenção de conflitos, apoio a integração pan-Africana e ajudar na salvaguarda de investimentos em desenvolvimento econômico, na redução da pobreza e nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio¹¹¹ (GWP, 2016b, tradução nossa)

Reafirma-se assim, implicitamente, a centralidade dos recursos hídricos na organização social humana, como potencial instrumento para o desenvolvimento, para a aproximação política e social, assim como para as condições básicas de sobrevivência humana e ambiental.

5.8 VISÃO DE CONJUNTO: TANGENCIANDO UMA APRECIACÃO

A partir das diferentes iniciativas apresentadas, reunidas resumidamente no Quadro 2, o African Ministers’ Council On Water procura responder aos principais desafios enfrentados pelo continente africano.

¹⁰⁹ No original: “The initiative intentionally aims to strengthen global-regional-national linkages.”

¹¹⁰ No original: “[...] will improve their planning and management capacities where water and climate change adaptation are concerned”

¹¹¹ No original: “By building climate resilience, the initiative will contribute to peace building and conflict prevention, support pan-African integration and help safeguard investments in economic development, poverty reduction and the Millennium Development Goals (MDGs).

Quadro 2 – Iniciativas endossadas pelo AMCOW

INICIATIVAS	PRINCIPAIS PARCEIROS	ÁREA
<i>AfricaSan</i>	AfDB; Fundação Bill e Melinda Gates; Comissão Europeia	Saneamento
AMIWASH	WSSCC	Saneamento
<i>African Water Facility</i>	AfDB; UN-WATER; NEPAD (UA); Fundação Bill e Melinda Gates; Global Water Partnership (GWP)	Assistência Técnica e Financeira
<i>African Water Journal</i>	UN-WATER, AfDB,	Compartilhamento de Conhecimento
<i>Africa Water Week</i>	UA, Fundação Bill e Melinda Gates, GWP, União Europeia (UE), German Society for International Cooperation (GIZ)	Diversas
<i>Africa Groundwater Commission</i> *	Organizações de Bacias Hidrográficas (R/LBOs); Comissões Econômicas Regionais (RECs), UN-WATER	Gestão de recursos subterrâneos; Compartilhamento de conhecimento
<i>Water, Climate and Development Programme</i>	GWP, Austrian Development Agency, PNUD, Organizações de Bacias Hidrográficas (R/LBOs); Comissões Econômicas Regionais (RECs)	Mudanças climáticas

Fonte: elaborado pelo autor a partir das informações do AMCOW (2016)
*em estruturação.

Os referidos desafios abrangem as mais diversas áreas temáticas, desde redução da pobreza, a desenvolvimento econômico, gestão de recursos compartilhados, saneamento, adaptação a condições climáticas adversas, entre outros. Eles possuem naturezas e diferenças marcantes entre si. Entretanto, encontram-se conectados uns aos outros pela extensa presença e importância dos recursos hídricos para as várias atividades humanas.

Neste contexto, a atuação do African Ministers' é essencialmente colaborativa, uma vez que, de acordo com o então Secretário Executivo do AMCOW Bass-Mai Taal (UN-WATER, 2009, tradução nossa)

[O] AMCOW não trabalho por si só. Desempenhamos um papel de catalisador e coordenador. Identificamos e colaboramos com organizações que podem agir como ‘gerenciadores de tarefas’ e assumir a liderança em certas questões.¹¹²

Logo, a organização realiza as suas funções em parceria com inúmeras instituições, das quais se sobressaem o AfDB, o Global Water Partnership, a União Africana pelo NEPAD, assim como as organizações do sistema das Nações Unidas de maneira independente ou através do UN-WATER, a União Europeia, dentre outras, contidas no Quadro 2. A contribuição de outras organizações, nas formas operacional, política e/ou financeira, ocorre principalmente porque essas veem o AMCOW como uma entidade legítima, séria e de importância estratégica. Esse fato se dá pelo reconhecimento da atuação do AMCOW, especialmente em nível internacional, o que é corroborado por análise de Newton (2016, tradução nossa) que “de fora da África eles [AMCOW] são vistos como uma entidade legítima para se apoiar e trabalhar com, porque eles possuem apoio político”¹¹³.

É através da legitimidade conferida ao AMCOW, pela atuação do mesmo, através das iniciativas, e em especial pela realização de reuniões periódicas de naturezas técnica e política, essa última reunindo os principais tomadores de decisão do continente, que Newton (2014) afirma que

Uma das mais bem-sucedidas atividades políticas que apareceu nos últimos dez anos foi o African Ministers’ Council on Water (AMCOW), um esforço regional em reunir os ministros encarregados dos recursos hídricos em seus respectivos países para implementar a Africa Water Vision e a Declaração de Sharm El-Sheik¹¹⁴ (NEWTON, 2014, p.279-280 tradução nossa).

É incontestável a pertinência de uma organização como o African Ministers’ Council on Water na África. Entretanto, encontra-se dificuldade em mensurar quantitativamente a contribuição específica do AMCOW para o cenário hídrico continental, especialmente pelas inúmeras parcerias estabelecidas e pela transversalidade da questão hídrica, que perpassa diversos temas. Outro obstáculo é a disponibilidade e a atualização de informações no site da organização.

Um dos principais objetivos perseguidos pelo continente e em especial através da atuação do AMCOW são os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) nos temas de

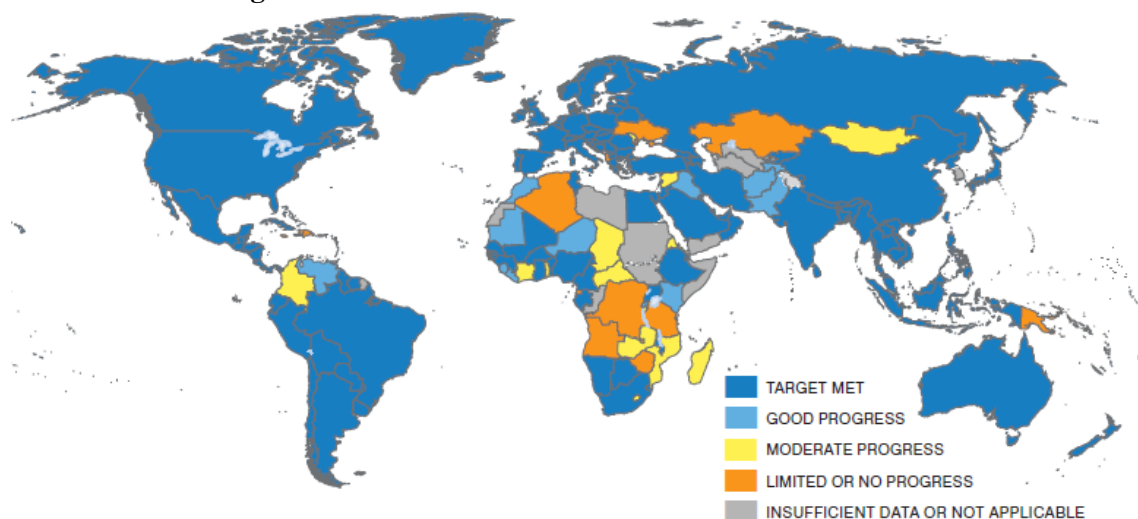
¹¹² No original: “AMCOW doesn’t work on its own. We play a catalytic and a coordinating role. We identify and collaborate with organizations that can act as ‘task managers’ and take the lead on certain issues.”

¹¹³ No original: “From outside of Africa they are seen as a legitimate entity to support and work with, because they do have political support.”

¹¹⁴ No original: “One of the most successful political activities that has appeared in the last ten years worldwide has been the African Minister’s Council on Water (AMCOW), a regional effort to bring the ministers in charge of water in their respective countries together to implement the Africa Water Vision and the Sharm---el---Sheikh Declaration.”

Água e Saneamento. E os resultados atingidos na perseguição desses objetivos podem sugerir o grau de eficiência e impacto de uma instituição como o AMCOW no contexto hídrico africano. Segundo o relatório *Progress on Sanitation and Drinking Water: 2015 Update and MDG assessment* (Progresso em Saneamento e Água Potável: Atualização de 2015 e Avaliação dos ODM), elaborado pela parceria entre UNICEF e Organização Mundial da Saúde (WHO), a África, dividida em Subsaariana e África do Norte, não atingiu as metas para o acesso a água potável. Enquanto os valores almejados eram de 74% para a África Subsaariana e 94% para a África do Norte, os valores obtidos em 2015 foram de 68% e 93%, respectivamente (UNICEF-WHO, 2015). Mesmo não atingindo, por pouco, os valores estipulados pelos ODM, ambas as regiões apresentaram significativa melhora. A porção Subsaariana do continente, vista em sua totalidade avançou de 56% da população contando com acesso a água potável em 2000 para 68% em 2015. Assim como a África do Norte, que aumentou de 89 para 93% no mesmo índice (WASHWATCH, 2016). Apesar de não ter alcançado os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio em conjunto, diversos países do continente, de forma individual conseguiram atingi-los, como mostra a Figura 6.

Figura 6 – Estágio do progresso alcançado na perseguição dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio sobre Acesso a Água Potável

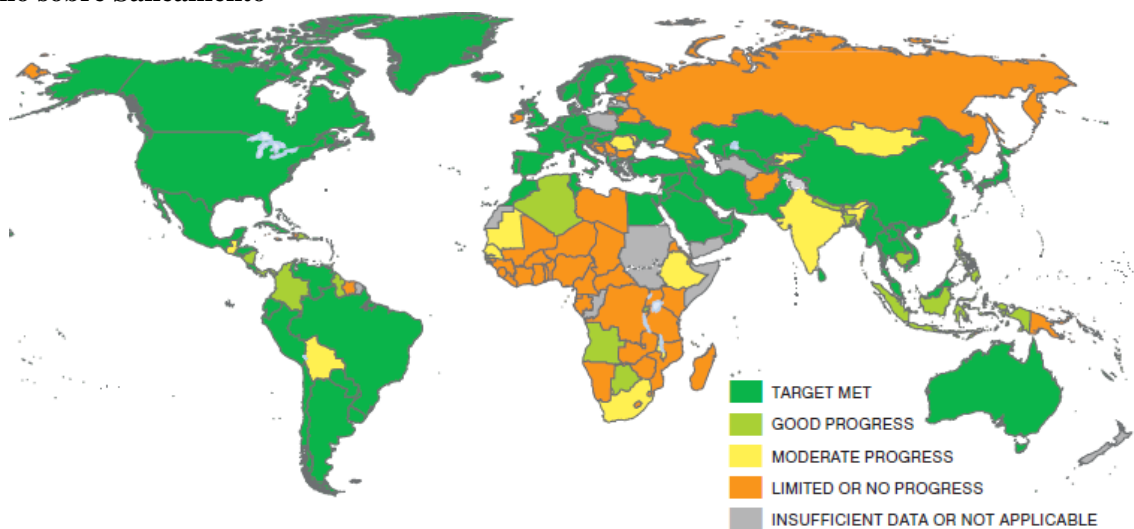


Fonte: UNICEF-WHO (2015)

Na Figura 6 é possível visualizar a significativa quantidade de países que atingiram as metas propostas pelos ODM, especialmente no continente africano (mais de 15 países), destacados pela cor azul escuro. Além desses, houve também 7 países que atingiram bons progressos na África, evidenciados pela cor azul clara.

Diferente da questão anterior, as metas de Saneamento não foram atingidas pela parte Subsaariana do continente, porém foram alcançadas pela porção norte da África. Enquanto que essa última ultrapassou a meta de 82% da população tendo acesso a um saneamento aprimorado, atingindo 89% (10% a mais do que em 2000), a subdivisão subsaariana não apresentou resultados tão próximos ao ideal. De acordo com o mesmo relatório, o percentual a ser atingido para a África Subsaariana era de 62%, porém o resultado obtido foi de 30% para a região. É importante lembrar que tal resultado representa a média elaborada para o continente, podendo mascarar valores muito distantes da média. Esse foi o caso na presente situação, uma vez que alguns países mostraram avanços significativos como Etiópia, que saltou de 13% para 28%, ou Angola com valores de 23% e 52% em 2000 e 2015, respectivamente (WASHWATCH, 2016). Apesar disso, os resultados consolidados não foram satisfatórios, como mostra a Figura 7.

Figura 7 – Estágio do progresso alcançado na perseguição dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio sobre Saneamento



Fonte: UNICEF-WHO (2015)

Na Figura 7, pode-se atestar a predominância de países marcados pela cor laranja no continente africano, representando índices limitados ou a ausência de progresso na temática de saneamento

Como os níveis de acesso à água potável e utilização de saneamento aprimorado apresentados sugerem, houve várias melhorias, mais aparentes em alguns cenários nacionais. Entretanto, mesmo com a presença do AMCOW e de inúmeras outras instituições e iniciativas presentes no cenário africano, há ainda muito a se fazer. Para tanto, sugere-se a continuidade

de apoio político ao AMCOW e à função de coordenação que ele se propõe a exercer entre diferentes setores e entidades do cenário hídrico continental.

Por fim, vê-se a atuação do African Ministers' Council on Water com otimismo. Primeiramente, por sua importância como um canal de comunicação e coordenação entre os ministros setoriais dos países africanos e entre esses e os demais atores do setor hídrico, com a realização periódica de reuniões do Conselho Governante, assim como pela realização de fóruns como a *Africa Water Week* e a *AfricaSan*. Assim como, por ter como resultado de suas iniciativas a elaboração de importantes documentos, como a Declaração Ministerial e Plano de Ação de eThekweni, resultante da 2ª *AfricaSan* e posteriormente a Declaração de Ngor, como aprofundamento da declaração anterior, elaborada na 4ª *AfricaSan*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A temática dos recursos hídricos destaca-se como um dos principais entraves ao desenvolvimento socioeconômico (sustentável) e às atividades básicas humanas, especialmente no continente africano. Recurso natural de características singulares, a água é um patrimônio lentamente renovável e insubstituível, que se encontra “em todo lugar e em tudo”, sem a qual “não existe vida, mas também não existem nenhum dos meios de manutenção da vida e da subsistência”¹¹⁵ (NEWTON, 2014, p. 214, tradução nossa).

A extensão da presença dos recursos hídricos e fenômenos como a multiplicidade de bacias hidrográficas, as condições climáticas e suas mudanças, o crescimento populacional e a degradação ambiental, pressionam ainda mais as perspectivas do cenário hídrico atual e futuro. Esses fatores acabam por conferir maior urgência na formulação e implementação de respostas aos desafios impostos.

Neste contexto, o African Ministers’ Council on Water destaca-se como um instrumento de natureza cooperativa que busca apresentar respostas para uma grande variedade de temas pertencentes ao universo dos recursos hídricos. Resultante da percepção do papel crucial da água, pelos líderes políticos africanos encarregados pela temática em seus respectivos países, a organização representa a consolidação de uma abrangente vontade política e de um longo processo de construção de um ambiente para o diálogo de questões hídricas no continente.

Desde de o momento de sua criação, o AMCOW assume para si um ambicioso (e essencial) papel de “liderança política e direção estratégica” nos esforços continentais referentes à água (AMCOW, 2016g, tradução nossa). Para tanto, ele utiliza-se do estabelecimento de parcerias com diversos e importantes organismos continentais e internacionais para uma atuação mais abrangente. Adota, também, uma flexibilidade organizacional essencial para a dinâmica de trabalho assumidamente colaborativa, assim como uma postura de coordenação entre atores e níveis de atuação. Em relação ao nível de atuação, o AMCOW ocupa papel de coordenação entre os níveis continental, regional e nacional, mostrando a preocupação de conciliar a sua atuação com as diferentes necessidades locais, através especialmente da atuação dos Comitês Sub-regionais.

Esse ambiente de diálogo e compartilhamento de experiências nacionais criado pelo AMCOW em pouco tempo evoluiu para além da condição de fórum político, passando a criar e implementar iniciativas concretas, operacionalizadas através de parcerias estratégicas, em

¹¹⁵ No original: “water, the resource, is everywhere and in everything [...] Without water, life does not exist, but nor does every means to support life and livelihoods either.”

resposta a questões pontuais. Dessa maneira, a atuação do African Ministers' Council on Water busca lidar com uma grande variedade de temas – como saneamento e higiene, mudanças climáticas, infraestrutura, gestão integrada de recursos hídricos, entre outros – transmitindo uma noção de quão abrangente é a extensão dos desafios, e também das oportunidades, presentes nas atividades relacionadas aos recursos hídricos.

Com isso, conclui-se que a atuação do AMCOW se mostra bastante variada, transcendendo os objetivos estabelecidos na Declaração Ministerial de Abuja, especialmente através das suas iniciativas. Uma vez que, além de “monitoramento e implementação” (DECLARAÇÃO, 2002) das mesmas, há, por exemplo, o envolvimento direto do AMCOW na organização dos fóruns *Africa Water Week* e *AfricaSan*, assim como nas decisões tomadas pelo *African Water Facility*.

Um ponto forte encontrado na atuação do AMCOW consiste na consolidação de ambientes propícios e voltados ao diálogo, que além das reuniões ministeriais e técnicas, abrange também a realização da *Africa Water Week* e da *AfricaSan*. Essas duas iniciativas destacam-se como importantes canais de comunicação, compartilhamento de informações e conhecimento, assim como importantes pontos de encontro entre os principais atores do setor hídrico e sanitário africano, assim como representantes de instituições internacionais.

Destaca-se como o principal obstáculo à atuação do AMCOW, inclusive retardando iniciativas, a dificuldade de se obter financiamento para o setor hídrico. A falta de recursos e investimentos pode ser constatada na aparente suspensão do *African Water Journal*, no não alcance da meta de 600 milhões de euros, em doações, para compor o fundo do *African Water Facility*, assim como no próprio cotidiano do AMCOW como instituição, com episódios de atraso no pagamento de contribuições de países membros (AMCOW, 2013). Enquanto que um ponto em desfavor do African Ministers' Council é a não atualização de algumas informações no próprio website, especialmente em relação a iniciativas em vigor, como foi mencionado com o caso do *African Water Journal* e do AMIWASH, os quais se presumem terem encerrado suas atividades, porém sem confirmação ou comunicação oficial.

Entretanto, conclui-se que as ideias e a vontade política necessárias estão presentes em significativa proporção no continente africano. Em proporção similar resta ainda muito a ser feito. Com isso, destaca-se como necessário um maior fluxo de capital para investimentos em infraestrutura e conhecimento técnico no continente, a fim de serem alcançadas as metas de acesso a água, saneamento e higiene, assim como níveis mais elevados de desenvolvimento socioeconômico. Nas presentes condições, a atuação do AMCOW se mostra considerável em quantidade e qualidade. Acredita-se que um continuado apoio político internacional, e

especialmente uma maior quantidade de recursos financeiros só teria a contribuir para a realização das melhorias tão necessárias ao setor hídrico na África.

REFERÊNCIAS

- AFDB. AFRICAN DEVELOPMENT BANK. **The African Water Facility at a glance**. 2010. Disponível em: [www.amcow-online.org/images/initiatives/AWF at glance_ENG.pdf](http://www.amcow-online.org/images/initiatives/AWF_at_glance_ENG.pdf). Acesso em: 26 mai. 2016.
- AFRICA RENEWAL. **What is the UN System-wide Special Initiative on Africa?** 1998. Disponível em: <http://www.un.org/en/africarenewal/114spin4.htm>. Acesso em: 06 mai. 2016.
- AFRICASAN. **AfricaSan 4**. 2016. Disponível em: <http://www.africasan.com/pages/8/africasan4>. Acesso em: 25 mai. 2016.
- _____. **AfricaSan Awards**. 2016. Disponível em: <http://www.africasan.com/pages/10/africasan-awards>. Acesso em: 25 mai. 2016.
- _____. **AfricaSan Movement**. 2016. Disponível em: <http://www.africasan.com/pages/7/africasan-movement>. Acesso em: 25 mai. 2016.
- _____. **Background**. 2016. Disponível em: <http://www.africasan.com/pages/6/background>. Acesso em: 25 mai. 2016.
- _____. **Sponsors/Conveners**. 2016. Disponível em: <http://www.africasan.com/pages/28/sponsors-conveners>. Acesso em 25 mai. 2016
- AMCOW. AFRICAN MINISTERS' COUNCIL ON WATER. **Brief History**. Disponível em: http://amcow-online.org/index.php?option=com_content&view=article&id=109&Itemid=56&lang=en. Acesso em: 20 jan. 2016
- _____. **Decisions Of The 11th AMCOW Executive Committee Of The African Ministers Council On Water (AMCOW) On 6th June 2013 In Cairo, Egypt**. 2013. Disponível em: http://w.amcow-online.org/images/docs/11th_amcow_exco_decisions_egypt_june_2013.pdf. Acesso em: 20 jun 2016.
- _____. **Decisions Of The Meeting Of The Executive Committee Of The African Ministers' Council On Water On 21st October 2011**. 2011. Disponível em: http://amcow-online.org/images/Resources/october_2011_exco_meeting_decisions_summary.pdf. Acesso em: 20 jun 2016.
- _____. **Governing Structure**. Disponível em: http://www.amcow-online.org/index.php?option=com_content&view=article&id=115&Itemid=71&lang=en. Acesso em: 20 jan. 2016
- _____. **Handbook for Decision Makers: 2004-2007**. Brazzaville, 2007. Disponível em: [http://www.amcow-online.org/docs/Handbook/AMCOW Handbook.pdf](http://www.amcow-online.org/docs/Handbook/AMCOW_Handbook.pdf). Acesso em: 20 mai. 2016
- _____. **Iniciative: Africa Groundwater Comission**. Disponível em: http://www.amcow-online.org/index.php?option=com_content&view=article&id=134&Itemid=91&lang=en. Acesso em: 30 mai. 2016

_____. **Iniciative:** Water, Climate and Development Programme. Disponível em: http://amcow-online.org/index.php?option=com_content&view=article&id=142&Itemid=94&lang=en. Acesso em: 15 jun. 2016

_____. **Who We Are.** Disponível em: http://www.amcow-online.org/index.php?option=com_content&view=article&id=124&Itemid=126&lang=en. Acesso em: 20 jan. 2016

_____. **Vision/Mission.** Disponível em: http://www.amcow-online.org/index.php?option=com_content&view=article&id=123&Itemid=34&lang=en. Acesso em: 20 jan. 2016.

AMCOW *et al.* **Indicative Roadmap for the Africa Groundwater Commission.** 2008: Nairobi, Kenya. Disponível em: http://unep.org/dewa/Portals/67/pdf/Road_map_English.pdf. Acesso em: 30 mai. 2016

AU. AFRICAN UNION. **Sharm El-Sheikh Commitments For Accelerating The Achievement Of Water And Sanitation Goals In Africa.** Sharm El-sheik: A, 2008. Disponível em: http://www.amcow-online.org/images/Resources/sharm_el-sheikh_decisions_english.pdf. Acesso em: 26 maio 2016

AU/DREA. DEPARTMENT OF RURAL ECONOMY AND AGRICULTURE. **Strategic and Operational Plan, 2014-2017:** Fostering the African Agenda on Agricultural Growth and Transformation and Sound Environmental Management. 2014. 66 p. Disponível em: <http://www.au.int/en/sites/default/files/documents/30267-doc-drea_2014-2017_strategic_and_operational_plan_0.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2015.

AWF. AFRICAN WATER FACILITY. **Donors & Funding.** 2016. Disponível em: <http://www.africanwaterfacility.org/en/about-awf/donors-funding/>. Acesso em: 26 maio 2016.

_____. **Grants.** 2016. Disponível em: <http://www.africanwaterfacility.org/en/grants/>. Acesso em: 26 maio 2016.

_____. **History.** 2016. Disponível em: <http://www.africanwaterfacility.org/en/about-awf/history/>. Acesso em: 26 maio 2016.

_____. **Project List.** 2016. Disponível em: <http://africanwaterfacility.org/en/projects/project-list/>. Acesso em: 26 maio 2016.

_____. **Project Map.** 2016. Disponível em: <http://www.africanwaterfacility.org/en/projects/project-map/>. Acesso em: 13 jul. 2016.

_____. **Project Preparations.** 2016. Disponível em: <http://africanwaterfacility.org/en/what-we-do/project-preparation/>. Acesso em: 26 maio 2016.

_____. **Results.** 2016. Disponível em: <http://www.africanwaterfacility.org/en/results/>. Acesso em: 26 mai. 2016

_____. **Water Governance**. 2016. Disponível em: <http://africanwaterfacility.org/en/what-we-do/water-governance/>. Acesso em: 26 mai. 2016

_____. **Water Knowledge**. 2016. Disponível em: <http://africanwaterfacility.org/en/what-we-do/water-knowledge/>. Acesso em: 26 mai. 2016

_____. **What we do**. 2016. Disponível em: <http://www.africanwaterfacility.org/en/what-we-do/>. Acesso em: 26 mai. 2016

AWW. AFRICAN WATER WEEK. **3rd Africa Water Week**. 2016. Disponível em: <http://www.africawaterweek.com/aww3/>. Acesso em: 01 jun. 2016

_____. **5th Africa Water Week**. 2016. Disponível em: <http://www.africawaterweek.com/5th/>. Acesso em: 01 jun. 2016

_____. **6th Africa Water Week**. 2016. Disponível em: <http://africawaterweek.com/6/>. Acesso em: 01 jun. 2016

_____. **Africa Water Week. 2016**. Disponível em: <http://africawaterweek.com/6/about/about-aww/>. Acesso em: 01 jun. 2016.

BARNABY, Wendy. Do nations go to war over water? **Nature**, [s.l.], v. 458, n. 7236, p.282-283, 19 mar. 2009. Nature Publishing Group.

BOYES, S. Getting to know Africa: 50 interesting facts. **National Geographic**, 31 out. 2013. Disponível em: <http://voices.nationalgeographic.com/2013/10/31/getting-to-know-africa-50-facts/>. Acesso em: 08 jun. 2016.

BROWN, A.; MATLOCK, M. D. A review of water scarcity indices and methodologies. **White paper**, v. 106, 2011.

CAWMA. COMPREHENSIVE ASSESSMENT OF WATER MANAGEMENT IN AGRICULTURE. **Water for food, Water for life: Insights from the Comprehensive Assessment of Water Management in Agriculture**. Londres: Earthscan e Colombo: International Water Management Institute, 2007. 40 p. Disponível em: http://www.iwmi.cgiar.org/assessment/files_new/publications/Discussion%20Paper/InsightsBook_Stockholm2006.pdf. Acesso em: 25 jun. 2015.

DECLARAÇÃO de Ngor sobre Saneamento e Higiene adotada pelos Ministros Africanos responsáveis por saneamento e higiene em 27 de maio de 2015 na AfricaSan4. AMCOW, 2015. Disponível em: <http://www.africasan.com/documents/download/bbp2exylxz>. Acesso em: 20 jun. 2016

DECLARAÇÃO dos Ministros Africanos Responsáveis por Recursos Hídricos na Conferência Internacional sobre Água Doce em Bonn, Alemanha, 3 a 7 de Dez. 2001. PNUMA, 2001. Disponível em: <http://www.unep.org/Documents/Multilingual/Default.Print.asp?ArticleID=2973&DocumentID=228>. Acesso em: 06 mai. 2016.

DECLARAÇÃO Ministerial de Abuja sobre Água: uma Chave para o Desenvolvimento Sustentável. Abuja: 29 a 30 de Abril 2002. AMCOW, 2002. Disponível em: http://www.africanwater.org/Documents/amcow_declaration.pdf. Acesso em: 1 mai. 2016
Disponível em: <http://www.cmi.no/publications/file/1374-pressure-points-environmental-degradation.pdf>>. Acesso em: 23 mai. 2016

DWA. AMCOW. **2nd Africa Water Week**. 2016. Disponível em: <https://www.dwa.gov.za/aww/docs/INFORMATION%20BOOKLET%20drft%20final.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2016

EEA. EUROPEAN ENVIRONMENT AGENCY. **Aquifer**. 2016. Disponível em: <http://www.eea.europa.eu/themes/water/wise-help-centre/glossary-definitions/aquifer>. Acesso em: 30 mai. 2016

_____. **Water Stress**. 2015. Disponível em: <http://www.eea.europa.eu/themes/water/wise-help-centre/glossary-definitions/water-stress>. Acesso em: 20 jun. 2015.

GAYE, C.; TINDIMUGAYA, C. **Challenges and opportunities for sustainable groundwater management in Africa**. São Paulo: International Symposium, Enhancing Water Management Capacity In A Changing World, 2012. Color. Disponível em: http://memorial.org.br/wp-content/uploads/2012/04/2012-06-27_Groundwater_Management-CGAYE1.pdf. Acesso em: 30 mai. 2016.

GLEICK, P. H.. Water and Conflict: Fresh Water Resources and International Security. **International Security**, [s.l.], v. 18, n. 1, p.79-112, 1993.

GLOBAL CHANGE. **Human Appropriation of the World's Fresh Water Supply**. **University of Michigan**. 2006. Disponível em: http://www.globalchange.umich.edu/globalchange2/current/lectures/freshwater_supply/freshwater.html. Acesso em: 14 jun. 2015

GOLDENBERG, Suzanne. Why global water shortages pose threat of terror and war. **The Guardian**. Londres. 9 fev. 2014. Disponível em: <http://www.theguardian.com/environment/2014/feb/09/global-water-shortages-threat-terror-war>. Acesso em: 22 set. 2015

GWP. GLOBAL WATER PARTNERSHIP. **2nd Progress Report to AMCOW TAC on the Implementation of the Water, Climate and Development Programme**. Cairo: Global Water Partnership, 2012. 18 p. Disponível em: http://www.gwp.org/Global/WCDP/Files/AMCOW_Progress_Report_May_2012.pdf. Acesso em: 18 jun. 2016.

_____. **Donors**. 2016. Disponível em: <http://www.gwp.org/en/WACDEP/DONORS-AND-PARTNERS/Programme-donors/>. Acesso em: 15 jun. 2016

_____. **Goals and objectives**. 2016. Disponível em: <http://gwp.org/en/WACDEP/ABOUT/Outcomes/>. Acesso em: 15 jun. 2016.

_____. **Launch of GWP/AMCOW Programme at SWWW 2011**. 2012. Disponível em: <<http://www.gwp.org/en/WACDEP/NEWS-AND-EVENTS/News-Archive/Launch-of-GWPAMCOW-Programme-at-World-Water-Week-2011/>>. Acesso em 15 jun. 2016.

_____. **Outcomes and benefits of WACDEP.** 2016. Disponível em: <http://www.gwp.org/en/WACDEP/ABOUT/Outcomes1/>. Acesso em: 15 jun; 2016

_____. **Programme areas.** 2016. Disponível em: <http://gwp.org/en/WACDEP/IMPLEMENTATION/Where/>. Acesso em: 15 jun. 2016.

_____. **Timing and budget.** 2016. Disponível em: <http://www.gwp.org/en/WACDEP/IMPLEMENTATION/Timing--budget/>. Acesso em: 15 jun. 2016.

_____. **Water Statistics.** 2016. Disponível em: <http://www.gwp.org/Press-Room/Water-Statistics/>. Acesso em: 14 jan. 2016

HEREDIA, José Manuel Sobrino. Las organizaciones internacionales. In: VELASCO, Manuel Diez de. Las organizaciones internacionales. Madrid: Tecnos, 1997.

HERZ, M.; HOFFMANN, A. **Organizações Internacionais.** Rio de Janeiro: Campus, 2004.

IISD. A Summary Report Of The First African Water Week (Aww-1). **International Institute For Sustainable Development**, v. 13, n. 1, 31 mar. 2008.

IISD. A Summary Report Of The Sixth Ordinary Session Of The African Ministers' Council On Water (Amcow-6). **International Institute For Sustainable Development**, v. 4, n. 6, 4 jun. 2007.

KAHLMAYER-MERTENS, R. *et al.* **Como elaborar projetos de pesquisa:** linguagem e método. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

KEOHANE, R. **After Hegemony:** Cooperation and discord in the world political economy. Nova Jersey: Princeton University Press, 1984.

KLARE, M. Entering a Resource-Shock World: How Resource Scarcity and Climate Change Could Produce a Global Explosion. **The Nation.** Nova York. 22 abr. 2013. Disponível em: <http://www.thenation.com/article/173967/how-resource-scarcity-and-climate-change-could-produce-global-explosion#>. Acesso em: 15 jun. 2015.

_____. **Resource Wars:** The New Landscape of Global Conflict. Nova York: Henry Holt and Company, 2002.

LEE, B. *et al.* **Resources Futures:** a Chatham House Report. Londres: Chatham House, 2012. 212 p.

LINKEDIN. **MICHAEL KLARE.** Disponível em: <https://www.linkedin.com/in/michael-klare-a5384b15?authType=NAME_SEARCH&authToken=FO6&locale=en_US&srchid=4193341851469391659867&srchindex=2&srchttotal=5&trk=vsrp_people_res_name&trkInfo=VSRPse archId:4193341851469391659867,VSRPtargetId:52855839,VSRPcmpt:primary,VSRPnm:true,authType:NAME_SEARCH>. Acesso em: 13 jul. 2016.

MCDANIEL, M. *et al.* Africa: Physical Geography. In: National Geographic Society (Org.). **Encyclopedia**. National Geographic Society, 2012. Disponível em: <http://nationalgeographic.org/encyclopedia/africa-physical-geography>. Acesso em: 06 jun. 2016.

MEKONNEN, M. M.; HOEKSTRA, A. Y.. Four billion people facing severe water scarcity. *Science Advances*, [s.l.], v. 2, n. 2, p.1-6, 12 fev. 2016. American Association for the Advancement of Science (AAAS). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1126/sciadv.1500323>. Acesso em: 20 mai. 2016.

NANA-SINKAM, S. C. Sustainability, accounting for natural resources and environmental degradation: 7. Accounting for natural resources and environmental degradation. In: FAO. **Land and environmental degradation and desertification in Africa**. 1995. p. 1-2. Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/x5318e/x5318e06.htm>. Acesso em: 20 mai. 2016.

NEPAD. **Our Work**. 2016. Disponível em: <http://www.nepad.org/programmes>. Acesso em: 16 mai. 2016.

NEPAD; AU. **The New Partnership for Africa's Development**. Abuja: NEPAD. 2001. Disponível em: <http://un.org/en/africa/osaa/pdf/nepad/nepad.pdf>. Acesso em: 17 mai. 2016.

NEWTON, J. Entrevista concedida à Paola Cristina Macarini, via e-mail. 18 abr. 2016. [A entrevista encontra-se integralmente no Apêndice desta monografia]

NEWTON, J. **Water, Water everywhere, nor any drop to drink: an exploraiton of the lack of a formal global water governance regime**. 2014. 345 f. Tese (Doutorado) - Curso de Relações Internacionais, The Fletcher School Of Law And Diplomacy, Tufts University, Medford, 2014.

NIENABER, S. **The role of water regimes in the promotion of hydrosolidarity in the Southern African Development Community (SADC): The case of the SADC Water Sector and the Orange-Senqu Comission (ORASECOM)**. 2013. 227 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Department Of Political Sciences, University Of Pretoria, Pretoria, 2013.

OCDE. **Water use in agriculture**. 2015. Disponível em: <http://www.oecd.org/agriculture/wateruseinagriculture.htm>. Acesso em: 15 nov. 2015.

ORST. OREGON STATE UNIVERSITY. **AARON T. WOLF, Ph.D.**: Education. Disponível em: <http://www.transboundarywaters.orst.edu/about/wolf.html#education>. Acesso em: 13 jul. 2016.

PACIFIC INSTITUTE. **PETER HENRY GLEICK**. Disponível em: <http://pacinst.org/app/uploads/2015/12/gleickcvcomplete2015-2.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2016.

PEREIRA, L. S.. **Indicadores de uso da água**. 2003. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/L_Pereira2/publication/237365474_INDICADORES_DE_DESEMPENHO_DO_USO_DA_GUA/links/54e47a160cf2b2314f611629.pdf. Acesso em: 30 jan. 2016.

PROFILE_LOKAL. BlankMap-Africa.svg. 2007. Disponível em:
<https://commons.wikimedia.org/wiki/File:BlankMap-Africa.svg>. Acesso em: 27 mai. 2016.

PROGRAM IN WATER CONFLICT MANAGEMENT AND TRANSFORMATION.
International Water Event Database : 1950-2008. 2008. Disponível em:
<http://gis.nacse.org/tfdd/internationalEvents.php>. Acesso em 12 jun.. 2016

ROBBINS, L. **An essay on the nature and significance of economic science**. Ludwig von Mises Institute, 2007.

SALMAN, Salman M. A.. The Abuja Ministerial Declaration: A Milestone or Just Another Statement. **Water International**. v. 27, n. 3, p.1-8, set. 2002. Disponível em:
 <<http://www.ircwash.org/sites/default/files/Salman-2002-Abuja.pdf>>. Acesso em: 30 maio 2016.

SEITENFUS, R. Manual das Organizações Internacionais. 6. ed. Livraria do Advogado, 2012. 424 p.

SHIKLOMANOV, I. A. World Fresh Water Resources. In: GLEICK, Peter (Ed.). **Water in Crisis: A guide to the world's fresh water resources**. Nova York: Oxford University Press, 1993. p. 13-24.

SILVA, E. L. da; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. rev. atual. Florianópolis: UFSC, 2005. 138 p.

STEFANO, L. *et al.* Tracking cooperation and conflict in international basins: historic and recent trends. **Water Policy**, [s.l.], v. 12, n. 6, p.871-884, nov. 2010. IWA Publishing.

STUCKI, P. **Water Wars or Water Peace? Rethinking the Nexus Between Water Scarcity and Armed Conflict**. Programme for Strategic and International Security Studies, 2005. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=jm5OKQEACAAJ>. Acesso em 25 nov. 2015.

SUHRKE, A. **Pressure Points: Environmental Degradation, Migration and Conflict**. In: Workshop on Environmental Change, Population Displacement, and Acute Conflict, 1993. Ottawa. Disponível em: <<http://www.cmi.no/publications/file/1374-pressure-points-environmental-degradation.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2016

SWA. SANITATION AND WATER FOR ALL. **External Support Agencies**. Disponível em: <<http://sanitationandwaterforall.org/partners/externalsupportagencies/>>. Acesso em: 25 jun. 2016.

TAAL, Bai-mass. Prefácio. In: CROSS, Piers; COOMBES, Yolande. **Sanitation and Hygiene in Africa: Where do We Stand?: Analysis from the AfricaSan Conference**, Kigali, Rwanda. Kigali: Iwa Publishing, 2014.

TATEMOTO, L. C. B. Conflito internacional sobre recursos hídricos: uma análise quantitativa. In: **3º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações**

Internacionais, 2011, São Paulo. 3º Encontro Nacional ABRI - Governança Global e Novos Atores, 2011. v. 1.

UN. **Millenium Development Goals**. Disponível em: <<http://www.un.org/millenniumgoals/>>. Acesso em: 15 jun. 2016

UNCDP. **List of Least Developed Countries (as of May 2016)**. 2016. Disponível em: http://www.un.org/en/development/desa/policy/cdp/ldc/ldc_list.pdf. Acesso em: 05 jun. 2016.

UNDESA. **World Population Prospects: The 2015 Revision, Key Findings and Advance Tables**. Nova York, United Nations, 2015. Disponível em: https://esa.un.org/unpd/wpp/Publications/Files/Key_Findings_WPP_2015.pdf. Acesso em: 26 mai. 2016.

UNDESA. **World Urbanization Prospects: The 2014 Revision, Highlights**. Nova York: United Nations, 2014. Disponível em: <<https://esa.un.org/unpd/wup/Publications/Files/WUP2014-Highlights.pdf>>. Acesso em: 26 mai. 2016

UNECA. UNITED NATIONS ECONOMIC COMMISSION FOR AFRICA. **Pan-African Implementation And Partnership Conference On Water Ends With Action Plan For Continent**. Press Release: Addis Ababa. Press 12 dez. 2003. Disponível em: <http://www.un.org/press/en/2003/afr795.doc.htm>. Acesso em: 26 mai. 2016.

UNECA; AU; AFDB. **The Africa Water Vision for 2025: Equitable and Sustainable Use of Water for Socioeconomic Development**. Addis Ababa: ECONOMIC COMMISSION FOR AFRICA, 2000. 34 p. Disponível em: <http://www.unwater.org/downloads/African_Water_Vision_2025.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2015.

_____. **Thirty-first session of the Commission/Twenty-second meeting of the Conference of Ministers: United Nations System-Wide Special Initiative on Africa**. 1996. Disponível em: <<http://www.uneca.org/cfm1996/pages/united-nations-system-wide-special-initiative-africa>>. Acesso em: 05 mai. 2016.

UNEP. **Africa Water Atlas**. Nairobi: United Nations Environment Programme 2010. Disponível em: http://www.unep.org/pdf/africa_water_atlas.pdf. Acesso em: 20 mai. 2016

UNEP. Climate. 2008. Disponível em: <<http://na.unep.net/atlas/africa/book.php>>. Acesso em: 20 maio 2015

UNEP. Freshwater resources: water and political conflict. 2008. In: **Vital Water Graphics: An Overview of the State of the World's Fresh and Marine Waters**. United Nations Environment Programme. Disponível em: <http://unep.org/dewa/vitalwater/article116.html>. Acesso em: 20 mai. 2016

UNEP-DHI; UNEP. Technical Annexes. 2016. In: **Transboundary River Basins: Status and Trends, Summary for Policy Makers**. United Nations Environment Programme. Technical Annexes. Disponível em: http://twap-rivers.org/assets/GEF_TWAPRB_AnnexesOnly_compressed.pdf. Acesso em: 10 jun. 2016.

UNEP-GRID. Aridity Zones. 2005. Disponível em: <http://www.grida.no/graphicslib/detail/aridity-zones_a6d3>. Acesso em 21 mai. 2016

UNICEF. **AmiWASH**. 2005. Disponível em: http://www.un.org/arabic/waterforlifedecade/amiwash_flyer.pdf. Acesso em: 28 mai. 2016.

UNICEF-WHO. **Progress on Sanitation and Drinking Water: 2015 Update and MDG assessment**. 2015. Disponível em: http://files.unicef.org/publications/files/Progress_on_Sanitation_and_Drinking_Water_2015_Update_.pdf. Acesso em: 26 jun. 2016

UN-HABITAT. **4th Africa Water Week**. 2016. Disponível em: <http://mirror.unhabitat.org/content.asp?cid=11060&catid=26&typeid=11>. Acesso em: 01 jun. 2016.

UN-OHRLLS. **Criteria for Identification and Graduation of LDCs**. Disponível em: <http://unohrlls.org/about-ldcs/criteria-for-ldcs/>. Acesso em: 06 jun. 2016.

UN-WATER. **Interview With Bai-Mass Taal: Perspectives On Water In Africa**. 2009. Disponível em: <<http://www.unwater.org/other-resources/for-the-media/interviews/bai-mass-taal-2009/en/>>. Acesso em: 28 jun. 2016.

_____. **Facts and Figures: A resource without borders**. 2013. Disponível em: <http://www.unwater.org/water-cooperation-2013/water-cooperation/facts-and-figures/en/>. Acesso em: 15 jun. 2015.

_____. **Thematic Factsheet: Transboundary Waters**. 2013. Disponível em: http://www.unwater.org/fileadmin/user_upload/watercooperation2013/doc/Factsheets/transboundary_waters.pdf. Acesso em: 15 out. 2015

WALTZ, K. **Man, the State and War: A Theoretical Analysis**. Nova York: Columbia University Press, 2001.

WASHWATCH. **WASH Map**. 2016. Disponível em: <http://www.washwatch.org/en/wash-map>. Acesso em: 26 jun. 2016.

WENDY BARNABY. **About me**. Disponível em: <http://www.wendybarnaby.com/about.html>. Acesso em: 13 jul. 2016.

WRI. WORLD RESOURCES INSTITUTE. **Water: Mapping, measuring, and mitigating global water challenges**. 2015. Disponível em: <http://www.wri.org/our-work/topics/water>. Acesso em: 15 jun. 2015

WSSCC. **Water Supply and Sanitation Collaborative Council Strategy for 2006-2010**. 2005. Disponível em: <http://www.ircwash.org/sites/default/files/WSSCC-2006-Strategy.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2016

YOFFE, S. B.; WOLF, A. T. Water, conflict and cooperation: Geographical perspectives. **Cambridge Review Of International Affairs**, [s.l.], v. 12, n. 2, p.197-213, mar. 1999.

APÊNDICE - A

Apêndice 1 – Entrevista concedida por Joshua Newton via e-mail.

De: Joshua Newton <joshuat.newton@gmail.com>

Enviado: segunda-feira, 18 de abril de 2016 22:51

Para: Paola Macarini

Assunto: Re: Thesis question

Hi Paola,

Thanks for writing.

Very interesting paper you are writing! I honestly don't think there is a book or article that looks critically at AMCOW, unfortunately. At least that I know of.

I wrote that, because it's been my own observation by doing work with them over the years. Not as much recently, for the 7 years or so before I wrote my thesis I had regular interaction with them. AMCOW has been politically successful, because the ministers meet twice a year to discuss water issues. On no other continent does this happen. At Sharm-el-Shekh, they met at the head of state level. Again, does not happen anywhere else. They meet even more regularly at the technical level, but what is important is that the highest decision-makers for water at the national level for most all African countries meet regularly to talk about water at the regional (and sub-regional level). From outside of Africa they are seen as a legitimate entity to support and work with, because they do have political support. You see the number of partners they have on their website and that is because they are seen as legitimate. Latin America does not have this. Nor does Asia. Europe in the EU does not have this. That is why I wrote what I wrote.

Hope that helps! If you have any other questions, don't hesitate to ask.

Regards,

Josh

On Mon, Apr 18, 2016 at 4:20 PM, Paola Macarini <Paola_cmacarini@hotmail.com> wrote:

Hello Dr. Newton,

My name is Paola Macarini, I am an IR student from the University of Santa Catarina, in Brazil.

I am currently writing my undergraduate conclusion paper about the African Ministers' Council on Water and its work in the context of continental physical and economic water scarcity.

While reading your thesis, I came upon the phrase: " One of the most successful political activities that has appeared in the last ten years worldwide has been the African Ministers' Council on Water [...]". My question is why do you think it so? I haven't found a great deal of information to form a concrete opinion so far.

Do you have a suggestion of must-read article/book on the matter?

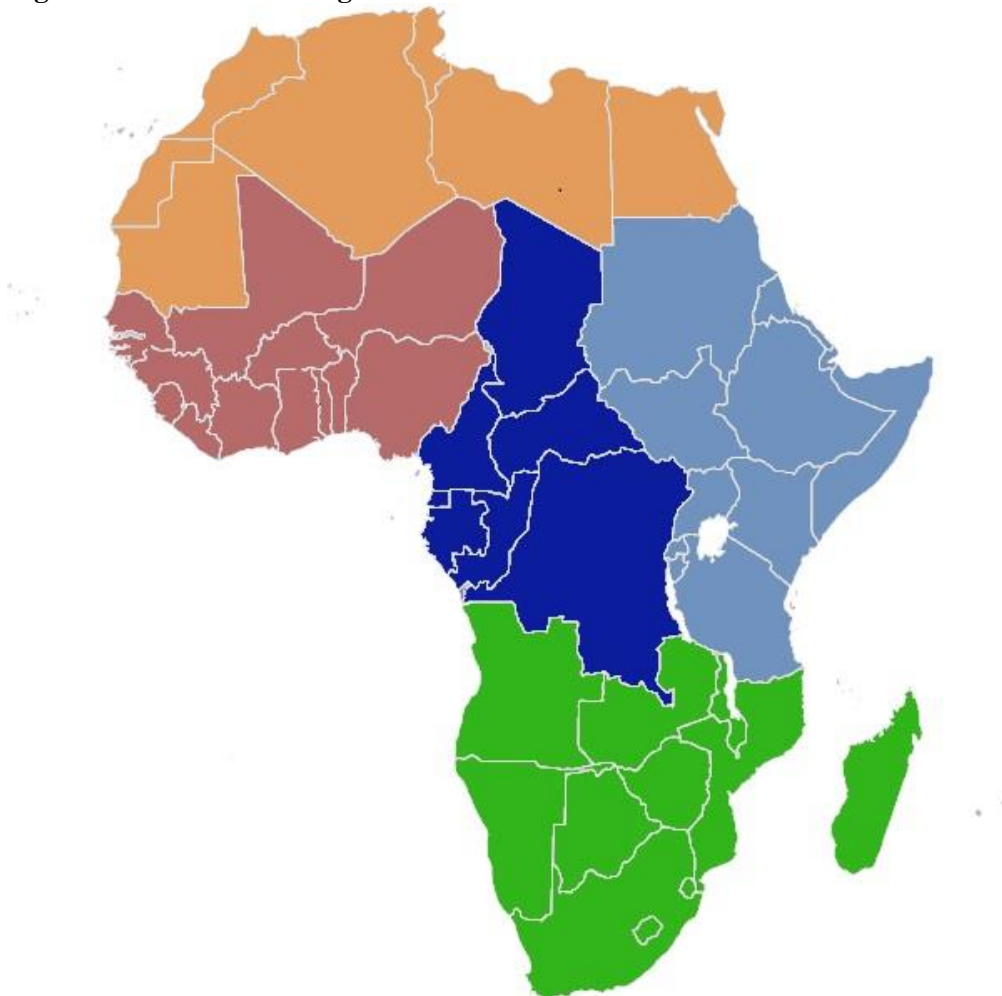
Thank you so much for your time!

Sincerely,

Paola Macarini

APÊNDICE – B

Figura 7 – Divisão Sub-Regional do Continente Africano



Fonte: Mapa elaborado pelo autor, adaptado de Profile_Lokal (2007)

África do Norte:

Argélia, Egito, Líbia, Mauritânia, Marrocos e Tunísia.

África Austral:

Países: Angola, Botswana, Lesoto, Madagascar, Malawi, Ilhas Maurício, Moçambique, Namíbia, Seychelles, África do Sul, Suazilândia, Zâmbia e Zimbábue.

África Central:

Países: Camarões, República Centro Africana, Chade, Congo, República Democrática do Congo, Guiné Equatorial e Gabão.

África Oriental:

Burundi, Ilhas Comores, Djibouti, Eritreia, Etiópia, Quênia, Ruanda, Somália, Sudão, Sudão do Sul (?) Tanzânia, Uganda.

África Ocidental:

Benin, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné Bissau, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa, Togo e São Tomé e Príncipe.